

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAIANE ALDLIN BITTENCOURT

POR QUE ALGUNS PAÍSES ELEGEM MAIS MULHERES E OUTROS MENOS?
UMA REVISÃO DE ESCOPO DA LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE O EFEITO
DOS SISTEMAS ELEITORAIS NA REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS
PARLAMENTOS NACIONAIS

CURITIBA

2021

MAIANE ALDLIN BITTENCOURT

POR QUE ALGUNS PAÍSES ELEGEM MAIS MULHERES E OUTROS MENOS? UMA
REVISÃO DE ESCOPO DA LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE O EFEITO DOS
SISTEMAS ELEITORAIS NA REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS PARLAMENTOS
NACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política,
Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Codato

Linha de Pesquisa: Elites Políticas

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607

Bittencourt, Maiane Aldin

**Por que alguns países elegem mais mulheres e outros menos? Uma
revisão de escopo da literatura internacional sobre o efeito dos sistemas
eleitorais na representação feminina nos parlamentos nacionais. / Maiane Aldin
Bittencourt. – Curitiba, 2021.**

**Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.**

Orientador : Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

**1. Sistema eleitoral. 2. Mulheres na política. 3. Parlamento – Representação
feminina. I. Codato, Adriano Nervo, 1965-. II. Título.**

CDD – 324.623



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MAIANE ALDLIN BITTENCOURT** intitulada: **Por que alguns países elegem mais mulheres e outros menos? Uma revisão de escopo da literatura internacional sobre o efeito dos sistemas eleitorais na representação feminina nos parlamentos nacionais**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Março de 2021.

Assinatura Eletrônica

18/03/2021 16:49:12.0

ADRIANO NERVO CODATO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

18/03/2021 16:44:29.0

RACHEL MENEGUELLO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica

18/03/2021 16:54:20.0

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA CARNEIRO DE CAMPOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcpufr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 83600

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.pppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 83600

Para Amélia Turkot Lopes e Maria Iolanda Maia

Agradecimentos

A responsabilidade desta dissertação é apenas minha. Porém, foi através de um coletivo de pessoas e instituições que pude realizá-la. E não posso deixar de agradecê-los.

Agradeço à Marlene, Marcio, Mayla, Janayna e Maick. Minha família que sempre me recebeu com carinho, amparo e compreensão durante todo o processo de mestrado.

Agradeço ao meu orientador, Adriano Codato, pelo profissionalismo e exemplo na minha preparação. E pela sua solidariedade em sempre compreender minhas limitações e dificuldades.

Agradeço ao meu time de amigas e amigos pelas diversas risadas, companheirismo e puxões de orelha: Samuel Galvão, Nathi Kloster, Fabio Nazario, Rafa Deodato, Camila Lemler, Jussara Cardoso, Larissa Roberta, Carlos Cunha, Juan Arrom, Leila Lima, Natali Hoff, Tatiane Almeida, Fernando Zelinski, João Lima, Andreza Modesto, Marília Machado, Mateus de Albuquerque, Andressa Stochero, Thais Fagundes, Djiovanni Marioto, Arthur Tupy, Luciane Fagundes e Mariana Lorencetti.

Agradeço às e aos colegas de academia que me auxiliam e me inspiram nessa trajetória: Karol Roeder, Juliana Souza, Katiano Cruz, Douglas Novelli, Augusto Clemente, Márcio Carlomagno, Welington Nunes e Luiz Fernando Miranda. Em especial, ao Lucas Massimo, que tem sido meu mentor no campo da editoria científica.

Agradeço aos professores da pós-graduação: Renato Perissinotto, Alexsandro Eugenio Pereira, Marcos Cavaliere, Rodrigo Horochoviski e Rafael Sampaio.

Agradeço ao meu segundo revisor de manuscritos, Nilton Sainz, que de forma voluntária possibilitou uma maior qualidade metodológica para essa pesquisa. E ao Victor Hausen pelo auxílio na elaboração da explicação da string de busca.

Agradeço à Sílvia Renata Sakalauskas, secretária do PPGCP-UFPR, que sempre prestou o melhor atendimento para que eu pudesse realizar meus estudos.

Agradeço à minha turma de mestrado pela vivência e cooperação.

Agradeço à equipe da *Revista Eletrônica de Ciência Política* e à equipe da *Revista de Sociologia e Política* por me possibilitar compreender a comunicação e a editoração científica.

Agradeço aos membros e membras do Laboratório de análise do Campo Científico da Universidade Federal do Paraná (LaCC-UFPR) pela oportunidade de aprender e compartilhar essa agenda tão nova na Ciência Política brasileira. Em especial, a Amanda Sangalli por me ajudar a dar meus primeiros passos.

Agradeço à equipe do I Seminário Discente de Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (SDCP-UFPR) pela experiência de organizar nosso primeiro evento discente.

Agradeço ao XI Seminário Nacional Sociologia & Política, a Daniela Drummond e a Maria Cecília Eduardo pela experiência de coordenarmos o primeiro GT sobre “Mulher e Política” do evento.

Agradeço à equipe do blog *Nuances*, do Especial ABCP e do Blog Gestão, Política & Sociedade do jornal O Estado de S. Paulo pelas experiências como colunista.

Agradeço a Alexandra Elbakyan que, por mais que eu não a conheça, fez uma das maiores contribuições para minha trajetória acadêmica – e para a ciência mundial. Alexandra criou o principal site de acesso aos manuscritos científicos que precisei para elaborar e escrever essa pesquisa. Sem essa ferramenta não a teria realizado.

Agradeço à CAPES pelo amparo financeiro, por meio da bolsa de mestrado, que foi fundamental para que eu pudesse estudar. Sem esse apoio certamente não teria a possibilidade de cursar a pós-graduação e tampouco desenvolver esse trabalho.

E agradeço aos professores Luiz Augusto Campos e Rachel Meneguello por aceitarem compor e avaliar minha banca de defesa de mestrado.

“Si una mujer entra a la política, cambia la mujer.
Si muchas mujeres entran a la política,
la que cambia es la política.”

Florentina Gómez Miranda

RESUMO

Introdução: A preocupação desta dissertação é compreender como o sistema eleitoral impacta na grandeza da representação parlamentar feminina. Empiricamente, analiso como a literatura de Ciência Política avalia o efeito dos tipos de sistemas eleitorais sobre o número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais e como as explicações disponíveis descrevem os mecanismos causais desse efeito. Assim, tenho como objetivos específicos: *i.* identificar se há de fato esse efeito e quais são as suas hipóteses, explicações e conclusões; e, *ii.* como um conjunto de estudos organiza, nas suas análises, as explicações em termos de variáveis antecedentes, independentes, intervenientes e dependente. **Materiais e métodos:** Por meio da revisão de escopo, um modelo sistemático, mas exploratório de revisão da literatura, examinei pormenorizadamente vinte manuscritos entre artigos científicos, notas de pesquisa e capítulos de livro. Os textos foram publicados entre 1981 e 2020 e estão indexados na coleção principal da Web of Science e da Scopus Elsevier. **Resultados:** Os manuscritos não possuem um consenso sobre qual é o melhor sistema eleitoral para aumentar a representação parlamentar feminina. E dispõem cinco categorias de mecanismo explicativos: *i.* colocação na lista partidária; *ii.* recrutamento de mulheres; *iii.* heterogeneidade causal e processo longitudinal; *iv.* comportamento individualista do eleitorado; e, *v.* regime político. **Discussão:** É possível concluir que: *i.* o centro do debate está em torno de sistemas proporcionais; *ii.* os estudos preferem comparar sistemas eleitorais; e, *iii.* seu foco está em compreender como eles funcionam ao longo de um período. Para compreender por que alguns países elegem mais mulheres do que outros acrescento à literatura científica uma nova forma de organizar esse debate em quatro categorias: (1) sistemas eleitorais em democracias consolidadas; (2) sistemas eleitorais em democracias em desenvolvimento; (3) sistemas eleitorais em regimes pós-comunistas; e, (4) sistemas eleitorais que não possuem variável antecedente. Observa-se que proponho a organização do debate por meio da variável antecedente *tipo de regime político*. Assim será possível responder à pergunta do título dessa dissertação, por meio de comparações múltiplas do regime político – na condição de variável antecedente – com sistema eleitoral – na condição de variável independente.

Palavras-chave: regimes políticos; representação parlamentar feminina; sistemas eleitorais; revisão de escopo; estudos longitudinais.

ABSTRACT

Introduction: The concern of this thesis is to understand how the electoral system impacts the magnitude of female parliamentary representation. Empirically, I analyze how the Political Science literature assesses the effect of the types of electoral systems on the number of women elected to national parliaments and how the explanations available describe the causal mechanisms of this effect. Thus, I have as specific objectives: i. identify if there is, in fact, this effect and what are its hypotheses, explanations, and conclusions; and, ii. how a set of studies organizes, in their analyses, explanations in terms of antecedent, independent, intervening and dependent variables. **Materials and Methods:** Through Scope Review, a systematic but exploratory literature review model, I examined in detail twenty manuscripts including scientific articles, research notes, and book chapters. The texts were published between 1981 and 2020 and are indexed in the main collections of Web of Science and Scopus Elsevier. **Results:** The manuscripts do not have a consensus on the best electoral system to increase female parliamentary representation. And there are five categories of explanatory mechanisms: i. placement on the party list; ii. recruitment of women; iii. causal heterogeneity and longitudinal process; iv. individualist behavior of the electorate; and, v. political regime. **Discussion:** It is possible to conclude that: i. the center of the debate is around proportional systems; ii. studies prefer to compare electoral systems; and, iii. your focus is on understanding how they work over some time. To understand why some countries elect more women than others, I add to the scientific literature a new way of organizing this debate into four categories: (1) electoral system in consolidated democracies; (2) electoral systems in developing democracies; (3) electoral systems in post-communist regimes; and, (4) electoral systems that do not have an antecedent variable. It is observed that I propose the organization of the debate through the antecedent variable type of political regime. Thus, it will be possible to answer the question of the title of this thesis, through multiple comparisons of the political regime – as an antecedent variable – with the electoral system – as an independent variable.

Keywords: political regimes; female parliamentary representation; electoral systems; scoping review; longitudinal study.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Preliminar 1: a discussão sobre representação na Ciência Política.....	5
Figura 2. Preliminar 2: pressuposto teórico	6
Figura 3. Fluxograma da seleção dos manuscritos para chegar ao corpus final de análise	27
Figura 4. Tipos básicos, subtipos e tipos específicos de sistemas eleitorais.....	32
Figura 5. Diagrama de Venn do tipo básico do sistema eleitoral analisado nos manuscritos selecionados	38
Figura 6. Diagrama de Venn sobre as dimensões das variáveis antecedentes e intervenientes dos estudos analisados	47
Figura 7. String na base Web of Science.....	65
Figura 8. String na base Scopus	65
Figura 9. Operadores booleanos da Web of Science.....	66
Figura 10. Operadores booleanos da Scopus.....	67
Figura 11. Filtros na base Web of Science	67
Figura 12. Filtros na base Scopus	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Organização da literatura proposta por Krook (2010) e por Christmas-Best & Kjær (2007) com base em três dimensões/variáveis de interesse e de dez hipóteses explicativas	9
Quadro 2. Tipos de revisão de literatura e suas características	13
Quadro 3. Procedimentos utilizados em revisões narrativas, de escopo e sistemática	18
Quadro 4. As principais características, usos e limitações das revisões narrativas, de escopo e sistemáticas	20
Quadro 5. String de busca aplicada às bases Web of Science e Scopus.....	22
Quadro 6. String de busca	22
Quadro 7. Filtros selecionados nas bases de buscas e seus resultados.....	23
Quadro 8. Critérios de inclusão e exclusão dos documentos selecionados e a natureza dos critérios	24
Quadro 9. Atributos dos manuscritos analisados (título, tipo da publicação, qual livro ou periódico está indexado e qual o SJR de 2019)	29
Quadro 10. Atributos das autoras dos textos do corpus estudado (gênero, filiação institucional e país da instituição)	36
Quadro 11. Tipos básicos e específicos de sistemas eleitorais por documento analisado	39
Quadro 12. Atributos dos manuscritos por assunto, se compara ou não sistemas eleitorais, se compara países, número de casos analisados, tipo de análise e período estudado	42
Quadro 13. Atributos dos manuscritos por variáveis antecedentes, independentes, intervenientes e dependente	49
Quadro 14. Atributos dos manuscritos por argumento central, hipóteses e suas confirmações	53
Quadro 15. Resultado sobre o impacto do sistema eleitoral das pesquisas dos manuscritos analisados e suas conclusões	57
Quadro 16. Explicação de Moser (2001) e Moser & Scheiner (2012) para sistemas proporcionais serem menos vantajosos para mulheres em estados pós comunistas	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do número de trabalhos publicados indexados na base Web of Science entre 1958 e 2020 sobre a temática ‘mulher’ e ‘eleição’.....	70
Gráfico 2. Evolução do número de trabalhos publicados indexados na base Web of Science na área de Ciência Política entre 1958 e 2020 sobre a temática ‘mulher’ e ‘eleição’.....	71

SUMÁRIO

1	Introdução: o estado da arte das explicações da representação parlamentar feminina	1
1.1	Justificativas	4
1.2	Explicações rivais	7
1.3	Conceitos	11
1.4	Desenho da pesquisa e aspectos metodológicos	12
1.5	Organização da dissertação	14
2	Materiais e métodos: a aplicação da revisão de escopo	16
2.1	O que é uma revisão de literatura e quais os principais modelos	16
2.2	As bases da pesquisa: Web of Science e Scopus	21
2.3	A string de busca	21
2.4	Estratégia de busca dos documentos: os filtros da base	23
2.5	Os critérios de inclusão e exclusão	24
2.6	A extração no software StArt	25
2.7	O teste Kappa	25
2.8	O fluxograma prisma do passo a passo do processo de seleção dos documentos	27
2.9	Os manuscritos selecionados	28
2.10	Métodos de análise dos textos na revisão de escopo: a grade de leitura	30
3	Resultados: o impacto do sistema eleitoral na representação parlamentar feminina	31
3.1	Tipos e subtipos de sistemas eleitorais	31
3.2	Autores e autoras: perfil de gênero e instituição	34
3.3	Tipos e subtipos de sistemas eleitorais nos textos analisados	37
3.4	Atributos dos manuscritos selecionados: assunto geral, objeto de comparação, número de casos, recorte e período temporal	41
3.5	Variáveis e suas dimensões de análise	45
3.6	Atributos dos manuscritos por argumento central e hipóteses	52
4	Discussão: uma nova forma de organizar essa literatura	56
5	Conclusões	62
	Anexos	65
	Apêndices	74
	Referências	76

1 Introdução: o estado da arte das explicações da representação parlamentar feminina

Na virada do século XX, pesquisadoras começaram a estudar mais sistematicamente quais fatores explicavam a variação no número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais. Até 1980, poucos países, como Finlândia (com 31%), Suécia (com 28%) e Noruega (com 26%), contavam com uma presença significativa de mulheres no Legislativo (Norris, 1985). Entender a transformação da representação política feminina, em termos quantitativos, significava compreender um dos desenvolvimentos políticos mais importantes da virada para o século XXI (Roberts et al., 2012).

Embora pequena, a presença de mulheres nesses espaços já permitia que cientistas sociais criticassem as teses dominantes sobre a repartição do poder político. Norris (1985), por exemplo, desaprovou a tese da *iron law of andrarchy*, segundo a qual os escalões mais altos do poder eram sempre e inevitavelmente dominados por homens. Era preciso corrigir essa generalização feita por muitos estudos até então e investigar quais fatores ajudariam a explicar como eleger mais mulheres para os parlamentos nacionais (Norris, 1985).

Todavia, foi o estudo predecessor de Maurice Duverger (1955) que chamou a atenção de politólogas para a participação política de mulheres nas eleições e na composição de governos nacionais. Foi através desse livro de Duverger que percebemos que a disparidade de gênero não se concentrava na corrida eleitoral, mas em quem era eleito.

Uma questão que, desde então, continua a ser debatida na literatura de Ciência Política é: *o que explica a variação no número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais?* Diversas abordagens tentam explicar o fenômeno. Elas são, em geral, de três tipos: institucionais, socioeconômicas e culturais.

As explicações dos anos 1970 até os anos 2000 seguiram, em sua maioria, a vertente institucional. Em particular, prevaleceram interpretações a partir do impacto de tipos específicos do sistema eleitoral¹ (Castles, 1981; Kraus, 1974; Vallence, 1979; Kohn, 1980; Bogdanor, 1981; Lovenduski & Hills, 1981). Tanto em estudos transversais quanto em estudos longitudinais ou horizontais, foi possível constatar que sistemas eleitorais proporcionais possibilitavam a eleição de um número maior de mulheres para as casas legislativas (Paxton, 1997; Kenworthy & Malami, 1999; Paxton et al., 2010). Lee (1997) descobriu, já nos anos 1990, que a passagem de um sistema majoritário para um sistema proporcional significou, para as mulheres taiwanesas, maior

¹ Esse debate surge a partir da descoberta, por um número significativo de estudos, que a maioria dos sistemas eleitorais é hostil à representação das mulheres (Thames, 2017).

progresso no número de eleitas do que no número de candidatas. E que o sistema proporcional gerava mais mulheres eleitas para os parlamentos nacionais em democracias estáveis (Lee, 1997). Dessa maneira, Norris consolidou a ideia segundo a qual “as mulheres provaram ter quase duas vezes mais probabilidade de serem eleitas em regime proporcional do que em sistemas eleitorais majoritários” (2006, p. 5, tradução nossa). Estudos comparativos demonstraram abundantemente que, em comparação com sistemas de maioria pluralista, países com sistema proporcional ou misto possuíam, significativamente, mais mulheres em cargos políticos (Paxton et al., 2010).

Todavia, há uma diferença notável entre os subtipos de sistemas proporcionais². Muitas pesquisas descobriram que países que optaram por sistemas proporcionais baseados em partidos políticos elegem mais mulheres para os parlamentos do que sistemas proporcionais baseados em candidatos (Kenworthy & Malami, 1999; Roberts et al., 2012; Paxton & Kunovich, 2003; Matland, 1998; Reynolds, 1999; Rule, 1987; Siaroff, 2000; Norris, 2004).

Por outro lado, Moser (2001), ao estudar o caso russo, descobriu que é através da camada de distrito de membro único em sistemas mistos que as mulheres se beneficiam mais eleitoralmente. Esse é um achado importante para contestar a generalização realizada por algumas cientistas políticas de que são sempre os sistemas eleitorais proporcionais que contribuem para a vitória eleitoral de mulheres. Como Roberts et al. (2012) argumentaram, sistemas eleitorais podem ser manipulados conscientemente. Isso quer dizer que é preciso atentar ao contexto político que esses sistemas eleitorais operam.

Por exemplo, uma variável antecedente importante para analisar o impacto mecânico do sistema eleitoral no número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais é o nível de democracia em um país (Moser, 2001). Rule (1987) indica como é explicativo o número de mulheres nos parlamentos por meio de sistemas proporcionais – ao invés de sistemas majoritários – em países desenvolvidos democraticamente. Em contraponto, Matland (1998) percebeu, em democracias não consolidadas, não existir relação significativa entre a adoção do sistema proporcional e o número de mulheres na elite parlamentar.

Um avanço significativo nessa agenda institucional foi o fato de Hughes (2016) reconhecer que existem variações no *tipo* de mulheres eleitas, e não apenas no seu número, como era feito em pesquisas comparativas com países ocidentais. Ou seja, nem toda mulher parlamentar professa a mesma religião, possui escolaridade semelhante, composição étnica uniforme etc. Para isso, ela avaliou o impacto dos diferentes sistemas eleitorais na representação parlamentar de mulheres e de homens muçulmanos em países ocidentais de forma comparada –

² Os *subtipos* de sistemas eleitorais são as denominações precisas da mecânica da contagem do voto. Alguns exemplos: *single non-transferable vote, first past the post, the personal block vote* etc.

pois nessa situação variáveis de controle como etnia e religião são importantes indicadores de como a concentração de minorias em um distrito se relaciona com os sistemas eleitorais. Porém, mesmo assim, os homens muçulmanos foram eleitos em sistemas eleitorais distintos, enquanto as mulheres muçulmanas se beneficiaram politicamente apenas em sistemas proporcionais (com uma desvantagem significativa em sistemas de maioria pluralista) (Hughes, 2016).

Portanto, é possível pensar que estudar essa variável, *tipo (básico ou específico) de sistema eleitoral*³, seja algo antigo e já conclusivo para a Ciência Política. Todavia, essa é uma agenda em aberto até os dias de hoje. Conclusões mais antigas sobre o impacto dessa instituição no número de mulheres eleitas para seus parlamentos já são contestadas pela Ciência Política contemporânea. Pesquisas dos anos 1990 (Matland, 1998; Reynolds, 1999; Norris, 1985) apontavam que a representação proporcional daria mais oportunidade para se eleger mais mulheres em comparação com sistemas majoritários. Já estudos publicados nos anos 2000 questionaram esse argumento, apontando que, na realidade, há um conjunto de fatores que impactavam no número de eleitas (Norris, 2006; Krook, 2010). De toda forma, é possível estimar com segurança que, em alguma medida a ser determinada com mais atenção, “*Electoral systems matter*” (Gallagher & Mitchell, 2008, p. 3, grifos nossos). A questão agora está em saber *como* (através de que mecanismos), *quanto* (seu grau de influência no fenômeno) e *onde* (se isso depende essencialmente de contextos nacionais) essas instituições eleitorais impactam na representação parlamentar feminina.

A preocupação teórica desta dissertação é compreender como o sistema eleitoral, enquanto variável independente, impacta na grandeza da representação parlamentar feminina (variável dependente). Empiricamente, analiso como a literatura da Ciência Política avalia o efeito do tipo básico e específico do sistema eleitoral sobre o número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais e como as explicações disponíveis descrevem esse efeito. Outros aspectos das instituições eleitorais – tais como cotas eleitorais, cotas partidárias, magnitude distrital etc. – aparecem nessa pesquisa, mas não são seu foco principal.

Na sequência apresento a justificativa intelectual, científica e social para a sua realização; as explicações rivais aos sistemas eleitorais; os principais conceitos aqui utilizados; o desenho da pesquisa e uma breve exposição dos seus aspectos metodológicos; e por fim, a organização desta pesquisa e suas divisões.

³ Considerarei como tipo básico de sistema eleitoral os três modelos tradicionais (proporcional, misto e majoritário) resumidos por Norris (2006). Os tipos específicos de sistemas eleitorais são, aqui, as especificações desses três modelos, tais como sistema proporcional de lista aberta, sistema proporcional de lista fechada, *single transferable vote*, *first past the post* etc. Um fluxograma detalhado com os tipos e seus respectivos subtipos estão na primeira seção do capítulo de resultados desta dissertação.

1.1 Justificativas

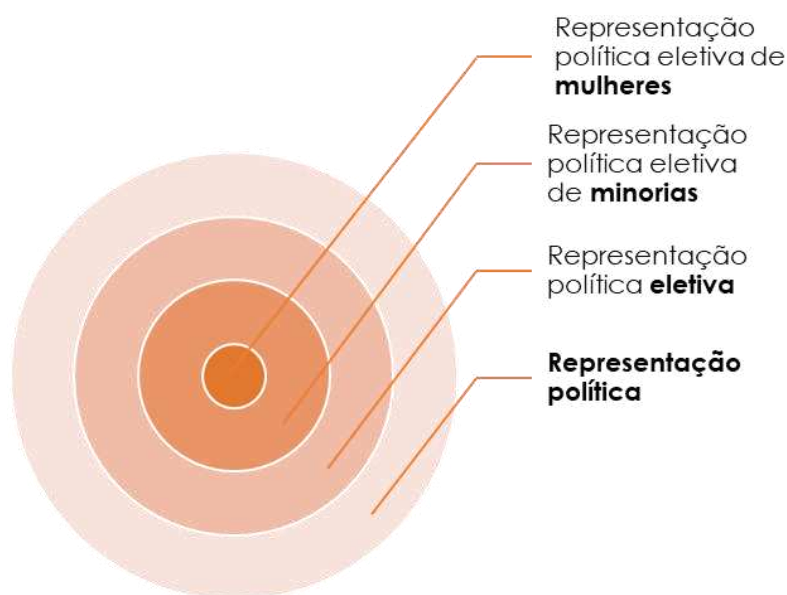
A primeira justificativa para realizar essa pesquisa é compreender que não há um consenso, na comunidade científica, sobre o tipo de impacto do sistema eleitoral no número de mulheres eleitas. Revisões narrativas (Moreira & Barberia, 2015) sobre o tema já foram realizadas. Revisões sobre aquilo que impacta a representação feminina nos parlamentos em um sentido geral – como as que serão apresentadas na subseção de explicações rivais – também já foram escritas. Entretanto, nenhuma revisão de escopo sobre o tema, que exige um protocolo de busca e filtragem dos documentos rígidos, foi encontrada. Isso permite que minha contribuição ao campo seja mediante uma inovação metodológica. Desse modo, posso apresentar o mecanismo explicativo dos estudos disponíveis, em vez de apenas classificá-los taxonomicamente por tipos de abordagem.

Analiso em profundidade 20 trabalhos que estudaram a representação parlamentar feminina em função de sistemas eleitorais⁴. Para isso, divido a justificativa desse objeto em duas preliminares. A primeira diz respeito à discussão da representação política eletiva de mulheres para os parlamentos nacionais nos manuscritos da Ciência Política mundial. A segunda refere-se ao mecanismo explicativo desses trabalhos.

Para explicitar isso melhor, desenho, na Figura 1, onde se localiza o debate sobre o impacto do tipo específico ou básico do sistema eleitoral sobre o número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais na Ciência Política.

⁴ Sobre como cheguei a esse número de estudos e o método utilizado para elegê-los, explicarei mais adiante resumidamente, e com muitos detalhes no capítulo metodológico.

Figura 1. Preliminar 1: a discussão sobre representação na Ciência Política



Fonte: elaboração da autora.

O tema da representação é um tópico clássico dos estudos dos fenômenos políticos. Um ensaio teórico precursor é a análise do paradoxo da representação de Pitkin (1967). Nele, quatro formas de representação foram apresentadas: *i.* a representação *simbólica* refere-se ao sentimento da representada perante a representante; *ii.* a representação *substantiva* refere-se à capacidade de resposta da representante às demandas do representado; *iii.* a representação *formal*, a procedimentos institucionais que elegem representantes; e *iv.* a representação *descritiva*, à ideia segundo a qual o parlamento deveria ser um espelho, em termos numéricos, da composição social de um dado país. É entre as noções de “representação formal” e “representação descritiva” que se encontra a discussão desse estudo.

Esse intervalo entre um tipo e outro de representação diz respeito a *como* efetivamente selecionamos nossas representantes (chamarei de “representação eletiva”). Esse é um tema recorrente na área em função das mudanças constantes nos desenhos institucionais eleitorais de muitos países.

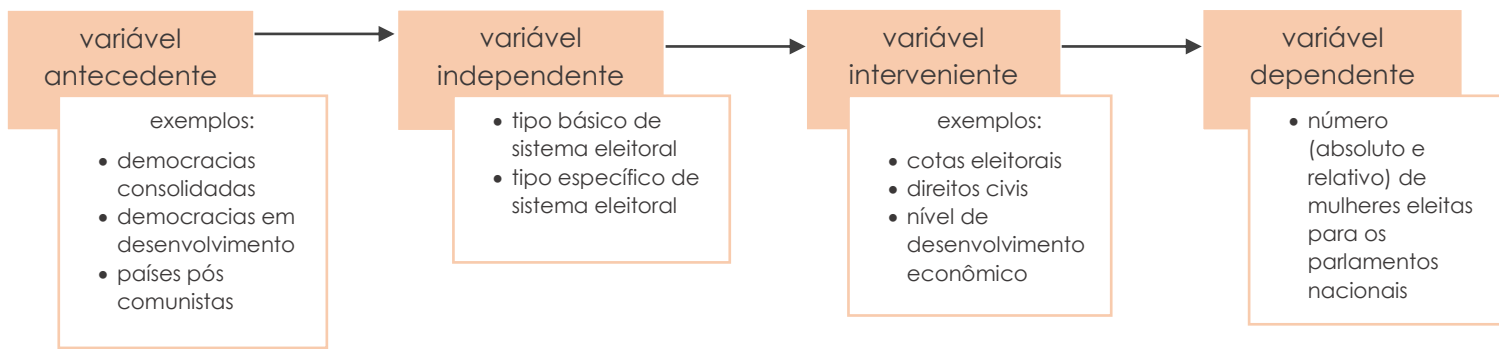
Desde então, foi fundamental para as politólogas compreender qual seria o sistema ideal de divisão dos corpos representativos por gênero nos parlamentos. Muitas defendem que o Poder Legislativo deve ser um espelho da sociedade⁵. Uma forma de pensar o problema seria olhar para mulheres como minorias sociológicas pouco representadas na política institucional. A

⁵ Para entender mais sobre esse debate, ver a revisão da literatura de Moreira & Barberia (2015) sobre o caso da representação feminina no Brasil.

variação no número de mulheres eleitas de uma disputa para outra ao longo do tempo, ou o número absoluto por si mesmo de representantes femininas, se tornou, cada vez mais, uma variável importante a ser explicada para o nosso campo⁶.

Para entender essa finalidade, a segunda preliminar remete ao pressuposto teórico dos 20 manuscritos analisados na dissertação. Em outros termos, tento capturar qual o mecanismo explicativo presente nessas pesquisas. O principal – mas não o único – aspecto que coletei e analisei é a relação entre variável antecedente, variável independente, variável interveniente e variável dependente como mostrado na Figura 2:

Figura 2. Preliminar 2: pressuposto teórico



Fonte: elaboração da autora.

A partir da ilustração dessas duas figuras, argumento que essa dissertação possui duas peculiaridades na análise dos vinte manuscritos científicos selecionados na revisão: uma de aspecto qualitativo e outra sobre a efetividade das explicações. Examino, em cada texto, tanto a qualidade do argumento central, quanto falhas no mecanismo explicativo dos textos.

Com base nisso, a comparação entre os argumentos sobre os efeitos mecânicos do sistema eleitoral pressupõe desmontar cada artigo para isolar as suas variáveis e depois remontar esse processo explicativo para agrupá-los em classificações comparativas com o intuito de questionar uma série de aspectos dessa literatura: as pesquisadoras utilizam mais estudos de casos nacionais ou comparações transnacionais?; Esses estudos comparam sistemas eleitorais?; Quais as relações que direcionam esse debate?; Quais são os mecanismos explicativos do sistema eleitoral? Todos esses aspectos são examinados no capítulo de resultados.

⁶ Uma busca na base Web of Science (WoS) a partir dos descritores wom* AND election identificou um crescimento exponencial de trabalhos publicados nos últimos anos. A título de exemplo, no início da série, em 1958 apenas um estudo foi publicado; em 2000, 28, mas apenas no ano de 2020 foram produzidos nessa temática 318 papers. Ver Apêndice A para esses dados mais completos (Gráficos 1 e 2).

Defendo, portanto, que revisões da literatura no campo da Ciência Política podem dar um novo passo: em vez de apenas seguirem o caminho da classificação dos textos por argumentos gerais ou pressupostos disciplinares (“sociológicos”, “politológicos” etc.), que organizem e conectem outros aspectos das pesquisas a fim de mostrar o poder explicativo de cada variável mobilizada.

Dessa maneira, a escolha por essa literatura de mulheres se dá para, por esperar assim como Kaminsky & White (2007), que essa pesquisa tenha aplicabilidade social ao auxiliar consultoras, assessoras e políticas sobre quais sistemas eleitorais beneficiam uma representação parlamentar mais equitativa em termos de gênero e apontar como proceder com essa dificuldade social (de representação) por um meio institucional. Pois, se governos quiserem, e se esforçarem para alcançar igualdade da representação, eles podem mudar mais rapidamente as regras do sistema eleitoral do que papéis culturais sedimentados ou as pré-condições socioeconômicas. Mas mesmo que não haja uma vontade política por parte de governos para mudar o sistema eleitoral em democracias estabelecidas, pretendo destacar quais seriam as possíveis consequências práticas da adoção dessas instituições para a representação feminina (Kaminsky & White, 2007).

Norris (2006) chama a atenção para o próximo passo dessa agenda: examinar evidências sobre o tema comparando mudanças eleitorais internas aos países. Isso é importante, visto que boa parte da literatura ou tem feito estudos de casos nacionais (sem essa técnica comparativa) ou comparações transnacionais (isso será apresentado no capítulo 3, de resultados). Todavia, é preciso antes de realizar essas comparações intra-países, e decidir qual o melhor ou qual o pior sistema eleitoral para garantir uma representação mais equânime de minorias femininas, explorar sistematicamente as evidências científicas disponíveis no centro da Ciência Política internacional⁷, e comparar os argumentos, reconstruindo esse debate.

1.2 Explicações rivais

As explicações mais comuns sobre o número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais estão organizadas em torno de três grandes grupos de variáveis como apontado por Krook (2010): *i.* variáveis culturais, como religião predominante no país e aprovação popular em relação às mulheres em posições de liderança; *ii.* variáveis socioeconômicas, como indicadores de status econômico de mulheres no mercado de trabalho e níveis de desenvolvimento nacional; e,

⁷ A opção por escolher as bases Web of Science e Scopus que refletem esse “centro da Ciência Política internacional” é a amplitude *versus* o tempo de uma dissertação de mestrado. Ou seja, para construir a pesquisa levei em conta a disponibilidade de dados, o custo de sua coleta e extração e o tempo para a conclusão da pesquisa.

iii. variáveis institucionais, como os papéis desempenhados por partidos políticos, sistemas eleitorais e cotas de gênero.

Antes disso, Christmas-Best & Kjær (2007), por meio de uma revisão narrativa, organizaram essa literatura através de dez hipóteses concorrentes. As autoras classificaram essas hipóteses em três grupos: histórico e cultural, socioeconômico e institucional. Por conta dessas três categorias de hipóteses, no Quadro 1 organizo as conclusões desses dois estudos (Christmas-Best & Kjær, 2007; Krook, 2010), apresento suas abordagens, dimensões explicativas, variáveis de interesse e suas respectivas hipóteses. Em termos muito resumidos, esse seria o estágio do conhecimento sobre o assunto até a década passada.

Quadro 1. Organização da literatura proposta por Krook (2010) e por Christmas-Best & Kjær (2007) com base em três dimensões/variáveis de interesse e de dez hipóteses explicativas

abordagem	dimensão	explicação	hipóteses	exemplos
Sociologia Política	cultural	- atrelada aos aspectos de cultura política, tais como: religião (se o país em questão é mais ou menos católico etc.) e atitudes ou valores (tais como aceitação de mulheres em posições de liderança).	elegibilidade: quanto maior o intervalo de tempo desde que as mulheres foram emancipadas e puderam ser votadas, maior o nível atual de representação feminina.	Bystydzienski (1995)
			religião não católica: quando a religião majoritária do país não é católica romana ou ortodoxa, o nível de representação feminina é positivamente afetado.	Kaiser (2001)
			"política como domínio masculino": onde a percepção cultural dominante da população sobre a participação política de mulheres é positiva, o nível de representação feminina é afetado positivamente.	Norris (1985); Arceneaux (2001); Inglehart & Norris (2003)
Ciência Política	socioeconômica	- vinculada a indicadores socioeconômicos dos países, como por exemplo: <i>status</i> das mulheres na força de trabalho e nível de desenvolvimento econômico.	ocupação: o nível de representação feminina é afetado positivamente se a base de recrutamento principal da classe política não for uma ocupação predominantemente masculina na sociedade.	Best & Cotta (2000) Álvares (2004)
			força de trabalho: onde as mulheres têm uma presença elevada na força de trabalho (especialmente em posições de <i>status</i> mais elevado), elas também estarão mais presentes na elite política.	Lawless e Fox (2005); Rosenbluth et al. (2006)
			educação: quanto mais mulheres têm acesso à educação formal em uma sociedade, maiores são as chances de entrarem no parlamento.	Best & Cotta (2000); Lawless e Fox (2005)
Ciência Política	institucional	- conectada a instituições representativas e eleitorais, tais como: sistemas eleitorais, cotas de gênero, magnitude eleitoral dos distritos, tipos de partidos políticos, taxa de renovação dos representantes.	inércia: alta rotatividade de cadeiras no parlamento é uma condição necessária para que as mulheres ingressem na elite política parlamentar.	Kjaer (1999); Kjaer & Pedersen (2004)
			sistema eleitoral: países com sistemas eleitorais proporcionais terão níveis mais elevados de representação feminina do que aqueles com sistemas majoritários ou mistos.	Norris (2006); Krook (2010)
			cotas: sistemas de cotas facilitam um nível mais alto de representação feminina (embora se possa esperar que o efeito seja maior quando isso é voluntário).	Krook (2010)
			partido de esquerda: onde um partido de esquerda é mais bem-sucedido eleitoralmente, há mais mulheres na elite legislativa.	Matland e Studlar (1996)

Fonte: elaborado pela autora a partir de Christmas-Best & Kjær (2007) e Krook (2010).

As dimensões da Sociologia Política possuem uma tendência de analisar processos explicativos históricos e sociais enquanto as da ciência política *mainstream* focam em explicações a partir de vertentes institucionais (Costa et al., 2018).

Antes de explicar previamente a separação proposta por essas duas revisões narrativas, lembro que essa é uma agenda antiga e não conta apenas com estudos que analisam apenas uma variável explicativa isoladamente ou conjunto de variáveis simplesmente sobrepostas. Há vários estudos que utilizam regressões multivariadas ou outras técnicas estatísticas com o intuito de combinar de forma eficiente e mensurar o poder de variáveis explicativas. Esses, em maior parte, combinam variáveis socioeconômicas com culturais, ou até mesmo utilizam variáveis socioeconômicas como *proxies* das culturais e são conhecidos como estudos mistos (Thames, 2017).

No Quadro 1 o primeiro tipo de análise comporta as variáveis culturais, onde explicações para a maior ou menor representação política das mulheres são feitas em função da herança étnica ou a partir da religião predominante no país (Kenworthy & Malami, 1999; Paxton & Kunovich, 2003; Reynolds, 1999; Norris, 2004). Explicações a partir da aprovação social das mulheres enquanto políticas dão aporte para compreender se o eleitorado possui preconceito de gênero. Esse também seria um fator complementar para verificar há quanto tempo um país alcançou o sufrágio universal. Uma crítica dessa abordagem às explicações socioeconômicas é que as medidas da estrutura social são indicadores insuficientes para responder o porquê do aumento da representação das mulheres na política nacional (Roberts et al., 2012).

Pesquisadoras que privilegiam análises socioeconômicas argumentam que sociedades familiarizadas com mulheres competindo pelo poder político possuem maiores chances de alcançar equidade na representação em cargos públicos (Reynolds, 1999). Essas investigações focam no percentual de mulheres na força de trabalho. Siaroff (2000) notou que há uma correlação entre o número de mulheres empregadas e o aumento dos níveis de participação feminina na política institucional. No entanto, Rule (1987), Oakes & Almquist (1993) e Togeby (1994) já haviam apontado essa associação antes dos anos 2000. Outro ponto forte desse tipo de explicação, tributária da Sociologia Política, é identificar que o nível de presença de mulheres em determinadas profissões, especialmente na advocacia privada, também pode elevar a taxa de participação feminina na política institucional (Darcy et al., 1994).

As variáveis institucionais tiveram maior peso na Ciência Política até os anos 2000, como já dito anteriormente. O papel da seleção de candidatas por partidos políticos e tipos de sistemas eleitorais foram as variáveis independentes mais testadas.

Descobriu-se que partidos de esquerda tendem a nomear mais mulheres candidatas e mais quando estas estão em posições chave na hierarquia do partido (Thames, 2017). Há a hipótese da concorrência entre partidos de esquerda, na qual partidos mais novos (ou menos “tradicionais” como os social-democratas e de base sindical) tendem a recrutar mais mulheres em virtude da política identitária. Isso leva os velhos partidos a se sentirem ameaçados eleitoralmente e começarem a convocar mais mulheres para serem candidatas. Nesse movimento de forte concorrência partidária mulheres acabam sendo disputadas, o que eleva o número de eleitas.

Pesquisas como as de (Rule & Shugart, 1995; Shugart, 1994; Taagepera, 1994) descobriram que mulheres possuem maior probabilidade de se eleger quando os eleitores podem optar por candidatos(tas) de forma individualizada através sistemas eleitorais proporcionais com listas abertas. Em contrapartida, outras análises (Ballington, 2005; Farrell, 2011; Htun, 2005; Jones, 1998; Norris, 2004) defendem o sistema de listas fechadas como os maiores beneficiadores de mulheres. Em outras palavras, um ponto importante – e possivelmente o problema central nessa literatura – é o conhecimento de que o tipo de sistema eleitoral impacta o número de eleitas e como ele faz isso.

Para avançar nessa vertente das explicações de tipo institucional, o objetivo dessa dissertação foi avaliar se e como a literatura conecta variáveis antecedentes (contexto), independente (fatores explicativos), interveniente (fatores intermediários ou mediadores) e dependente (número de eleitas) para explicar o impacto do sistema eleitoral no número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais.

1.3 Conceitos

Sistema eleitoral significa aqui “the set of rules that structure how votes are cast at elections for a representative assembly and how these votes are then converted into seats in that assembly” (Gallagher & Mitchell, 2008, p. 3). Ou seja, o sistema eleitoral é a instituição ou a regra que diz como os votos são totalizados (Bawn, 1993). Segundo Thames (2017) essa função significa que os sistemas eleitorais impactam não apenas em como os interesses são representados, mas também em como a responsabilidade política eletiva é estruturada.

Norris (2006) apresenta os três tipos básicos do sistema eleitoral: sistema proporcional, sistema misto e sistema majoritário. Seus tipos específicos de sistemas eleitorais são as especificações desses três modelos apresentados em Norris (2004b) – descrição pormenorizada desses é exposto no início do capítulo de resultados.

Uma diferenciação conceitual entre **estrutura constitucional**, **sistema eleitoral** e **procedimentos eleitorais** é importante para essa pesquisa, pois afeta a compreensão do que

denominei como variável independente. Esses três conceitos são manuseados ainda em Norris (2004b) e dizem respectivamente: *i. estrutura constitucional* representa o contexto institucional da pesquisa, se é uma análise de uma configuração parlamentarista ou presidencialista em um sistema bicameral ou unicameral; *ii. sistema eleitoral* que diz respeito às regras da lei eleitoral e, portanto, seu sistema de votação, onde o cerne dessa pesquisa se encaixa; e, *iii. procedimentos eleitorais*, quando é do interesse examinar regras mais específicas da conduta eleitoral como o desenho do boletim de voto, procedimentos para escrutínio do resultado das eleições, o uso do voto obrigatório, o processo de revisões de limites da magnitude do distrito e o financiamento de campanha.

Para maior compreensão dessa diferenciação, a próxima subseção desta Introdução se dedica a apresentação do desenho de pesquisa desta dissertação.

1.4 Desenho da pesquisa e aspectos metodológicos

Analiso como a literatura da Ciência Política internacional explica a relação entre sistema eleitoral e presença de mulheres nos parlamentos nacionais, com especial interesse em como é descrito e analisado esse mecanismo de impacto.

Como pretendi examinar essa relação, tenho como objetivos específicos: *i.* se há e quais são as suas hipóteses, explicações e conclusões; e, *ii.* como eles organizam, nas análises, as variáveis antecedentes, independentes, intervenientes e dependentes.

Para isso, por meio da revisão de escopo, um modelo de revisão da literatura exploratório, analiso documentos indexados na coleção principal da Web of Science (WoS) e na base Scopus Elsevier.

Em termos muito esquemáticos, além das revisões narrativas, em que não há um critério muito claro para a eleição das referências analisadas, revisões de literatura podem ser de três tipos (Quadro 2):

Quadro 2. Tipos de revisão de literatura e suas características

Revisão sistemática	Revisão de escopo	Revisão integrativa
<p>As revisões sistemáticas procuram:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Descobrir evidências sobre um determinado problema ou tratamento; 2. Confirmar a prática terapêutica atual ou qualquer variação; identificar novas práticas 3. Identificar e informar áreas para pesquisas futuras 4. Identificar e investigar resultados conflitantes na literatura sobre determinado tópico de interesse 5. Produzir evidências para orientar a tomada de decisões clínicas <p>"If the authors have a more precise question addressing the feasibility, appropriateness, meaningfulness or effectiveness of a certain treatment or practice, then a systematic review is likely the most valid approach" (Munn et al, 2018).</p>	<p>As análises de escopo buscam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar os tipos de evidências disponíveis em um determinado campo científico 2. Esclarecer os principais conceitos/definições na literatura 3. Examinar como a pesquisa é conduzida em um determinado tópico ou campo 4. Identificar as principais características ou fatores relacionados a um conceito <p>5. Determinar se uma revisão sistemática é possível</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Identificar e analisar lacunas no conhecimento disponível <p>"If authors do not have single or precise questions, and are more interested in the identification of certain characteristics/concepts in papers or studies, and in the mapping, reporting or discussion of these characteristics/concepts, then a scoping review is the better choice" (Munn et al., 2018).</p>	<p>As revisões integrativas pretendem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Gerar ou refinar uma teoria ou hipótese de pesquisa 2. Combinar pesquisas empíricas e teóricas 3. Examinar as pesquisas disponíveis sobre um determinado fenômeno na área de saúde 4. Informar a política e a prática de saúde <p>"If using diverse data sources to develop holistic understanding of the topic of interest by presenting the state of the science and contributing to theory development an integrative review should be performed" (Souza et al., 2010).</p>

Fonte: adaptado, traduzido e reproduzido de: Systematic vs. Scoping vs. Integrative Review. <https://guides.library.duq.edu/c.php?g=1055475&p=7725920> Acesso em 7 março 2021

Como minha pesquisa é exploratória, o tipo de revisão mais adequada para mapear, fornecer evidências e identificar lacunas é a revisão de escopo.

Os textos foram publicados entre 1981 e 2020. O primeiro passo foi desenvolver uma string⁸ de busca que comportasse palavras-chaves sobre sistema eleitoral, parlamento e mulheres. Capturados manuscritos que possuíssem esses termos nos títulos, resumos e palavras-chave, apliquei os filtros da base sobre a língua em que foram escritos. Apenas aqueles escritos em

⁸ Uma string de busca é uma combinação de palavras-chave através de operadores lógicos que inserimos nas bases de buscas científicas. Em outras palavras, é um "termo de requisição" de busca elaborada com termos sobre o tema de sua pesquisa. Essas palavras são conectadas por meio de "e" ou "ou" ou demais operadores booleanos. Uma exposição detalhada deste aspecto encontra-se no capítulo metodológico.

inglês, espanhol, francês ou português foram coletados em um arquivo do tipo .csv que as bases disponibilizam.

Nessa busca nas bases indexadoras encontrei 461 documentos – 193 na Web of Science e 268 da Scopus. Foram aplicados dois critérios de inclusão e cinco de exclusão de forma que a análise pormenorizada dos resumos (e, quando havia dúvida, do próprio conteúdo substantivo do manuscrito) possibilitou selecionar 20 pesquisas relevantes para essa discussão. Entre elas estão capítulos de livros, artigos e notas de pesquisas. Uma descrição minuciosa do passo a passo para apanhar esses textos e aplicar a metodologia da revisão de escopo é exposta no capítulo metodológico.

Após esse processo, utilizei o software StArt (*State of the Art through Systematic Review*) para limpar falsos positivos. Apenas manuscritos onde foi possível compreender o sistema eleitoral como única variável explicativa foram selecionados para a pesquisa.

Para averiguar a confiabilidade dessa seleção de texto apliquei um teste Kappa⁹. O resultado do teste foi baixo, pois discordamos sobre a classificação de 12 documentos (se deveriam ou não integrar o corpus de textos a serem analisados). Para sanar essa lacuna metodológica, um terceiro revisor foi convidado¹⁰ para decidir quais desses 12 textos seriam incluídos. Após todo esse processo, chegamos ao número final de 20 pesquisas selecionadas para discussão na dissertação.

1.5 Organização da dissertação

A dissertação está dividida, para além desta introdução, em três partes. O capítulo metodológico é onde descrevo o método da revisão de escopo: como é feita e quais são suas vantagens e suas limitações frente às revisões narrativas e sistemáticas; quais são os dados, como foram extraídos e manuseados; quais foram as bases de busca que serviram como fontes e como ocorreu o processo de escolha desses documentos; e como o teste de confiabilidade foi feito para decidir sobre a inclusão desses. A segunda parte corresponde à análise de resultados, que conta os resultados de quatorze perguntas realizadas aos manuscritos, dois diagramas de Venn para relacionar os manuscritos por meio (1) sistemas eleitorais proporcionais, mistos e majoritários e (2) pelas dimensões das variáveis independentes e antecedentes. Por fim, escrevo as conclusões

⁹ O teste Kappa de Cohen serve para determinar a confiabilidade (“reability”) da classificação inter-observadores, nesse caso, minha e do segundo revisor. Uma explicação detalhada dessa técnica é exposta no capítulo metodológico.

¹⁰ O terceiro revisor foi Adriano Codato, professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná e orientador desta pesquisa.

apontando que é preciso pensar em múltiplas combinações sobre regime político como variável dependente e sistema eleitoral como variável independente para responder por que alguns países elegem mais mulheres e outros menos.

2 Materiais e métodos: a aplicação da revisão de escopo

Para explicar o processo metodológico de seleção dos documentos analisados, dividi este capítulo em 10 seções: o que é uma revisão de literatura e quais são os três principais modelos (2.1.); uma descrição sumária das bases bibliográficas utilizadas na pesquisa: Web of Science e Scopus (2.2.); a string de busca da literatura nas bases (2.3.); a estratégia de busca dos documentos: os filtros das bases (2.4.); os critérios de inclusão e exclusão da literatura conforme a relevância para o problema de pesquisa (2.5.); a triagem dos textos no software StArt (2.6.); o teste Kappa de confiabilidade na seleção dos textos (2.7.); o fluxograma PRISMA de decisões desde o número inicial de documentos até o $N = 20$ (2.8.); uma visão geral dos manuscritos selecionados (2.9.); os métodos de análise dos textos na revisão de escopo: a grade de leitura(2.10).

2.1 O que é uma revisão de literatura e quais os principais modelos

Revisões da literatura são formas de organizar e apresentar debates acadêmicos. Sintetizam e analisam, de forma crítica, pontos fortes e fracos dos estudos disponíveis (Walsh, 2006). No editorial do volume 20 (número 2) da *Acta Paulista de Enfermagem*, temos uma definição mais precisa do que são essas revisões:

“Os artigos de revisão, assim como outras categorias de artigos científicos, são uma forma de pesquisa que utilizam fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado objetivo.” (Rother, 2007, p. 5).

Três modelos de revisões da literatura podem ser seguidos: revisão narrativa ou “tradicional”; revisão de escopo, também chamada de “revisão da literatura estruturada”¹¹; e revisão sistemática. O modelo adotado por esse estudo é a revisão de escopo. Explico, comparo e justifico sua escolha diante dos dois modelos citados acima no decorrer dessa seção.

Em Ciências Humanas, o modelo de revisão bibliográfica mais utilizado é a revisão narrativa. Nessa, a experiência e o extenso conhecimento da pesquisadora sobre o tema ou o objeto em questão na revisão é o fator determinante, pois a eleição dos manuscritos analisados não exige protocolos específicos sobre a escolha da base que é fonte dos textos, quais as justificativas para sua seleção e quais são os critérios de inclusão e exclusão dos documentos

¹¹ Alguns sinônimos de revisão de escopo: *scoping study*, *systematic scoping review*, *scoping report*, *scope of the evidence*, *rapid scoping review*, *structured literature review*, *scoping project*, *scoping meta review*. Ver: <https://guides.temple.edu/c.php?g=78618&p=4156607>. Acesso em 9 de março de 2021.

resumidos. Dessa maneira, “a busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores” (Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos, 2015, p. 2).

As Ciências Naturais, sob outra perspectiva, aprimoraram a “revisão sistemática” da literatura. Esse é um método que possui um protocolo muito bem definido de busca, de análise e de comparabilidade dos artigos científicos. Esse modelo começou a ter impulso nos 1970 e 1980¹² com o intuito de diminuir a liberdade clínica em prol das evidências científicas disponíveis para apoiar diagnósticos e tratamentos. Manuais como o da Colaboração Cochrane¹³ foram desenvolvidos para padronizar e, assim, aumentar a confiabilidade dessas revisões.

Um modelo de revisão bibliográfica entre esses dois métodos é a revisão de escopo ou integrativa. Um meio termo entre a dependência excessiva, nas revisões narrativas, do conhecimento perito da pesquisadora sobre o campo estudado e a exigência de uma pergunta muito precisa da revisão sistemática. Precisamente, esse último modelo para lidar com a literatura

“(…) surgiu como alternativa para revisar rigorosamente e combinar estudos com diversas metodologias, por exemplo, delineamento experimental e não experimental, e integrar os resultados. [A revisão de escopo] tem o potencial de promover os estudos de revisão em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas. O método de revisão integrativa permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico. A combinação de pesquisas com diferentes métodos combinados na revisão integrativa amplia as possibilidades de análise da literatura.”(Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos, 2015, p. 2).

Adotei esse modelo de revisão em função da sua capacidade de integrar estudos metodologicamente distintos e pela possibilidade de responder a uma pergunta mais abrangente da literatura de interesse. As diferenças sistematizadas por Munn et al. (2018) no Quadro 3 ajudam a esclarecer as características desses três tipos de revisões, auxiliando na justificativa da adoção da revisão de escopo:

¹² Para saber mais ver Munn et al. (2018).

¹³ Ver mais em: <https://training.cochrane.org/handbook>. Acesso em 8 de março de 2021.

Quadro 3. Procedimentos utilizados em revisões narrativas, de escopo e sistemática

procedimentos	narrativa	escopo	sistemática
protocolo de procedimentos de revisão definido a priori	não	sim	sim
registro na base PROSPERO do protocolo da revisão ^(b)	não	não ^(a)	sim
estratégia de pesquisa explícita, transparente e revisada por pares	não	sim	sim
formulários de extração de dados padronizados	não	sim	sim
avaliação crítica obrigatória [da seleção dos documentos] (para diminuir o risco de viés/preconceito)	não	não ^(b)	sim
síntese de resultados de estudos individuais e apresentação de resultados resumidos ^(c)	não	não	sim

OBS.: (a) situação atual [2018]; isso pode mudar com o tempo; (b) a avaliação crítica não é obrigatória, no entanto, os revisores podem decidir avaliar e relatar o risco de viés na definição do escopo avaliações; (c) usando meta-análise estatística (para eficácia quantitativa, ou prevalência ou incidência, precisão diagnóstica, etiologia ou risco, prognóstico ou usados psicométricos), ou metassíntese (dados experienciais ou de opinião de especialistas) ou ambas em análises de métodos mistos; d) confira <https://www.crd.york.ac.uk/prospero/> (Acesso em 9 março 2021).

Fonte: Adaptado e reproduzido de (Munn et al., 2018, p. 6 tradução nossa).

Optei pela revisão de escopo frente a revisão tradicional em razão de seu processo rígido que exige um protocolo definido *a priori* dos seguintes procedimentos: *i.* escolha das fontes bibliográficas; *ii.* padronização das perguntas que são feitas aos textos; e, *iii.* adoção de uma estratégia de busca explícita nas bases bibliográficas, transparente e replicável.

Frente à revisão sistemática, a opção por trabalhar com a revisão de escopo é em função da magnitude do problema de pesquisa. Para realizar a primeira é preciso formular um problema de pesquisa muito específico (ou um teste de hipótese). No caso desta pesquisa seria, por exemplo: “qual o impacto do sistema sistema proporcional com escrutínio a voto único transferível sobre o número de mulheres eleitas para casas legislativas em democracias não consolidadas?”. Porém, como o intuito foi construir e explorar as nuances e as especificidades do debate a respeito da relação entre os diversos sistemas eleitorais e maior ou menor presença de mulheres no parlamento, optei pela revisão de escopo.

Dacombe (2018) expõe seis aspectos para que cientistas políticas utilizem revisão sistemática que podem também ser vantajosas para a adoção de revisões de escopo. São elas: *i.* realizar síntese de uma grande quantidade de dados; *ii.* minimizar o viés da pesquisa; *iii.* possuir a capacidade de explicar a qualidade da pesquisa existente; *iv.* ter potencial de realizar uma meta-análise¹⁴ das diferentes descobertas dos estudos; *v.* permitir alegações sobre a eficácia das

¹⁴ Meta-análises são revisões de literatura baseadas na integração estatística de resultados de diferentes estudos. Seu propósito básico é comparar a significância estatística entre estudos que apresentam resultados conflitantes para o mesmo problema (a eficácia de um medicamento, por exemplo). É essencialmente uma análise confirmatória. É muito utilizado na área da saúde para comparar resultados clínicos. Para saber mais ver Rodrigues & Ziegelmann (2010).

inovações políticas; e, *iii*. identificar áreas onde a pesquisa existente carece de profundidade e rigor.

O Quadro 4 aprofunda a sistematização de Munn et al. (2018) chamando a atenção para algumas limitações inerentes a quaisquer métodos de revisão.

A grande diferença entre as revisões narrativas e sistemáticas é o número de objetivos que cada uma pode cumprir devido à magnitude de seu problema de pesquisa. Isto é, a primeira pode fazer uma pergunta ampla com um único objetivo; a segunda limita o seu problema de pesquisa para ganhar no número de possibilidade de análises. Dessa maneira, como a revisão sistemática é específica, em seu estudo precisa haver um esgotamento da literatura disponível de seu interesse.

Revisões narrativas são muito utilizadas para resumir disputas teóricas. As autoras abordam grandes linhas de pensamento ou debates gerais, além de analisar o conteúdo dos manuscritos selecionados criticamente (Ferrari, 2015). Um exemplo desse modelo na Ciência Política brasileira é Costa et al. (2018) que organizam a produção brasileira sobre a elite parlamentar no país em três abordagens – sociologia da política, sociologia política e ciência política. Mas não explicam como tais textos foram selecionados e nem a sua motivação¹⁵.

Como apontado, na revisão sistemática é preciso uma pergunta específica e bem recortada. Para exemplificar isso, a pesquisa de Cruz (2019) – primeira dissertação¹⁶ em Ciência Política no Brasil que aplica esse método – analisou 40 manuscritos para compreender: o que é “institucionalização partidária” (quais são suas definições) e como se pode medi-la empiricamente. Todo o processo de busca, justificativa das fontes dos “dados” (a bibliografia), motivação de seleção e seus critérios de inclusão são detalhados no trabalho. É possível, portanto, replicar (ou atualizar) esse estudo mesmo sendo uma revisão da literatura.

¹⁵ Na Ciência Política brasileira outras revisões narrativas também se destacam. Algumas são: Mancuso (2015) sobre financiamento eleitoral; Franz (2016) no tema de participação político-partidária; e Batista (2016) a respeito do papel do poder executivo nos tipos de regimes de governo.

¹⁶ A primeira pesquisa na área da Ciência Política que utiliza a revisão sistemática é a tese de doutorado de Figueiredo Filho (2012).

Quadro 4. As principais características, usos e limitações das revisões narrativas, de escopo e sistemáticas

	revisões narrativas	revisões de escopo	revisões sistemáticas
principais características	sintetizam e analisam, de forma crítica, uma bibliografia previamente selecionada, mas sem explicitar os critérios que orientaram a seleção dos textos (artigos, livros etc.)	os objetivos da revisão são definidos com precisão (principais questões, questões secundárias, objetivos) pretendem reconhecer o campo dos estudos relevantes sobre um tópico de estudos [ênfase minha] definem claramente um critério para selecionar e escolher a literatura analisada explicitam os métodos, as fontes e as formas de obtenção da literatura. Aplica um método padronizado na leitura e na análise [do material]	os objetivos da revisão são definidos com precisão (principais questões, questões secundárias, testes de hipóteses etc.) pretendem encontrar e analisar todos os estudos relevantes sobre um tópico de estudos [ênfase minha] definem claramente um critério para selecionar e escolher a literatura analisada explicitam os métodos, as fontes e as formas de obtenção da literatura. Aplica um método padronizado na leitura e na análise [do material]
usos e aplicações	circunscrevem as linhas gerais ou os grandes debates sobre o estado atual de conhecimento sobre um tema/assunto identificam lacunas no conhecimento sobre uma matéria (o que falta pesquisar, o que é preciso saber ainda etc.) estabelecem parâmetros, mas bastante amplos, para pesquisas futuras	coletam e reúnem a maior parte possível do conhecimento disponível sobre um tópico ou problema [ênfase minha] identificam, avaliam e sintetizam a literatura reunida para dar resposta a uma questão mais geral que a revisão sistemática	coletam e reúnem "todo" o conhecimento disponível sobre um tópico ou problema identificam, avaliam e sintetizam a literatura reunida para dar resposta a uma questão muito específica
limitações	os critérios de seleção dos textos e o plano geral do trabalho, na maior parte das vezes, não são conhecidos pode haver viés de seleção da literatura analisada a avaliação do material bibliográfico pode ser muito subjetiva seu passo-a-passo e escolhas das fontes não podem ser reproduzidos	o escopo da revisão é limitado pelos critérios de seleção da bibliografia (formas de consulta, termos de pesquisa, bases bibliográficas disponíveis) elabora perguntas muito abertas a fim de organizar e comparar a literatura de interesse	o escopo da revisão é limitado pelos critérios de seleção da bibliografia (formas de consulta, termos de pesquisa, bases bibliográficas disponíveis) normalmente, a leitora precisa (re)formular perguntas alternativas que não foram respondidas pela revisão (ou não foram formuladas anteriormente pela autora do trabalho)

Fonte: Adaptado e reproduzido a partir de Ferrari (2015) e Munn et al. (2018).

As revisões integrativas (ou de escopo) são ideais para determinar a amplitude de um tema de pesquisa e para indicar claramente o volume da literatura disponível, servindo para formular uma visão geral (ampla ou detalhada) do foco dos estudos (Munn et al., 2018). Esse modelo cumpre, para a revisão da literatura, a mesma função que uma pesquisa empírica exploratória. Uma pergunta não tão abrangente, mas também não tão específica deve ser feita. Um exemplo é o problema de pesquisa desta dissertação¹⁷.

Para apontar os procedimentos adotados nesta revisão de escopo, apresento, na próxima seção, as duas fontes de busca desse estudo: a coleção principal da Web of Science e a Scopus.

2.2 As bases da pesquisa: Web of Science e Scopus

Web of Science e Scopus abrangem a literatura publicada em periódicos acadêmicos pagos, periódicos de acesso aberto, anais de conferências, publicações comerciais e livros. A primeira inclui 8.000 periódicos em 150 disciplinas diferentes e a segunda 200 milhões de fontes (Scholarship of Teaching and Learning, n.d.).

Calcula-se que haja uma sobreposição de 13.074 títulos entre as duas fontes, mas a diferença entre essas é a década de indexação, a Web of Science mantém registros do início de 1960 e a Scopus do início da década de 1990 (Scholarship of Teaching and Learning, n.d.).

Com critérios de indexação menos rígidos, a Scopus¹⁸ possui um corpus maior de manuscritos do que a Web of Science¹⁹.

2.3 A string de busca

String de busca é um conjunto de termos conciliados que comunica aos algoritmos das bases quais elementos queremos encontrar. A string é o meio para requisitar textos específicos perante o problema de pesquisa. No caso dessa pesquisa, é o conjunto de

¹⁷ Um exemplo de revisão de escopo na área é o trabalho de Codato et al. (2020), que analisa estudos sobre políticos profissionais na literatura internacional mais recente de Ciência Política. Os autores apresentam o protocolo completo de eleição dos documentos e fazem uma descrição detalhada de seu passo a passo, possibilitando, também, a replicabilidade da revisão.

¹⁸ Para analisar quais são os critérios de indexação da Scopus acesse: <https://www.elsevier.com/solutions/scopus/how-scopus-works/content/content-policy-and-selection>. Acesso em 11 de março de 2021.

¹⁹ Para analisar quais são os critérios de indexação da Web of Science acesse: <https://clarivate.com/webofsciencelibrary/solutions/webofscience-escl/>. Acesso em 11 de março de 2021.

palavras-chave elaborado pela pesquisadora para colocar no campo de busca das plataformas de indexação bibliográfica. Essa combinação de termos ou descritores deve refletir o tema ou problema de interesse do estudo. No campo da tecnologia da informação esse termo é conhecido como *requisição* ou *user friendly*²⁰.

A string utilizada nesta dissertação está no Quadro 5:

Quadro 5. String de busca aplicada às bases Web of Science e Scopus

woman OR women OR gender OR sex OR female

AND

election OR parliament OR legislative OR congress

AND

"electoral system*"

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro acima, cada linha é uma string de busca. Assim, nota-se que montei três strings combinadas: *i.* derivações de gênero ou sexo que me tragam textos apenas sobre mulheres; *ii.* termos referidos a instituições políticas focados em parlamentos e eleições; e, *iii.* o próprio conceito de sistema eleitoral²¹. Um print de como é aplicada essa string nas bases está no Anexo A (Figuras 7 e 8).

Ainda que semelhantes, os algoritmos de cada base possuem especificidades em seus buscadores booleanos. Um comparativo desses conectivos entre a coleção principal da Web of Science e da Scopus está no Anexo B. (Figuras 9 e 10).

O Quadro 6 reproduz a “string final”, comunicando o passo a passo que realizei para chegar aos documentos de interesse.

Quadro 6. String de busca

Web of Science	<p>TÓPICO: (woman OR women OR gender OR sex OR female) AND TÓPICO: (election OR parliament OR legislative OR congress) AND TÓPICO: ("electoral system*") Refinado por: CATEGORIAS DO WEB OF SCIENCE: (POLITICAL SCIENCE) AND IDIOMAS: (ENGLISH OR SPANISH OR FRENCH) Tempo estipulado: Todos os anos. Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.</p>
-----------------------	--

²⁰ Para saber entender mais desse tema na área de tecnologia da informação ver Manning et al. (2009).

²¹ Quando relacionei cada linha pelo o operador “AND” a base leu string 1 + string 2 + string 3 para selecionar os textos de meu interesse. Ainda nesse processo, ao colocar sistema eleitoral entre aspas os algoritmos entendem que a palavra “sistema” e a palavra “eleitoral” devem ser buscadas uma ao lado da outra - formando o conceito “sistema eleitoral”. Por fim, quando coloco * ao final da palavra system, a base compreende que derivações dessa palavra podem entrar nessa string, como palavras no singular e/ou no plural.

Scopus

(TITLE-ABS-KEY (woman OR women OR gender OR sex OR female) AND TITLE-ABS-KEY (election OR parliament OR legislative OR congress) AND TITLE-ABS-KEY ("electoral system*")) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOCI")) AND (LIMIT-TO (LANGUAGE , "English") OR LIMIT-TO (LANGUAGE , "Spanish") OR LIMIT-TO (LANGUAGE , "Portuguese") OR LIMIT-TO (LANGUAGE , "French"))

Fonte: elaboração da autora com base na coleção principal da Web of Science (WoS) e da Scopus.

2.4 Estratégia de busca dos documentos: os filtros da base

A busca foi realizada no dia 6 de janeiro de 2021. Após acertar a minha string de busca, utilizei algumas ferramentas das bases para encontrar os manuscritos referidos ao problema da pesquisa. Esses mecanismos são conhecidos como “estratégia de busca” ou “filtros da base”.

Quadro 7. Filtros selecionados nas bases de buscas e seus resultados

escolhas da busca	Web of Science	Scopus
tipo	tópicos	article, abstract, keywords
anos	1945-2021	1979-2019
n referências	265 resultados	284 resultados
área de interesse	political science	social sciences
n de referências	193 resultados	276 resultados
língua	english, spanish, french (a)	english, spanish, french, portuguese,
n de referências após exclusões	193 resultados	268 resultados

OBS.: (a) não havia referências em português

Fonte: elaboração da autora a partir das bases Web of Science e Scopus.

Na primeira coluna temos o filtro e abaixo o número de referências que a base gera após selecioná-lo (um print das duas bases com a indicação da localização desses filtros está no Anexo C, Figuras 11 e 12). A segunda coluna possui as informações da base Web of Science e a última, da Scopus.

Na coleção principal da Web of Science (WoS) nenhum texto em língua portuguesa foi encontrado. Realizei uma extração desses documentos com base nos critérios de inclusão e exclusão (apresentados na subseção seguinte) e não retornou nenhum manuscrito em português da base Scopus. Descrevo o processo de classificação dos artigos, por meio de um software, no ponto 2.6. *A extração no software StArt.*

2.5 Os critérios de inclusão e exclusão

Como apontado na Introdução, o que impacta a representação feminina parlamentar pode ser considerada uma “sub-agenda” do campo da representação política. Para isso, desenvolvi critérios de inclusão e exclusão que visassem selecionar apenas manuscritos a respeito desse impacto e não explicações por variáveis culturais, socioeconômicas ou institucionais de outro tipo – tais como seleção pelos partidos políticos, cotas eleitorais, magnitude distrital etc. (Quadro 8).

Quadro 8. Critérios de inclusão e exclusão dos documentos selecionados e a natureza dos critérios

natureza do critério	critério de inclusão	critério de exclusão
variável a ser explicada	número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais ser a VD	perfil de mulheres eleitas para o parlamento ser a VD
		variáveis culturais ser a VI (ex.: religião predominante de um país)
variável explicativa	tipo básico ou específico do sistema eleitoral ser a VI	variáveis socioeconômicas ser a VI (ex.: nível de mulheres empregadas no país)
		outras variáveis institucionais ser a VI (ex.: partidos políticos, cotas)
contexto	não tem	sistema eleitoral ser a VA

OBS.: VD: variável dependente; VI: variável independente; VA: variável antecedente

Fonte: elaborado pela autora.

São por meio desses critérios que pude selecionar estudos com o desenho de pesquisa apresentado na justificativa. Destaco que há um recorte institucional no primeiro critério de inclusão: apenas documentos que analisam mulheres eleitas em *parlamentos nacionais* foram selecionados. Isso aponta que não selecionei, para o corpus dessa dissertação, investigações que tenham como variável dependente o número de mulheres eleitas para outros parlamentos (estaduais, provinciais, municipais).

Outro aspecto que é desenvolvido como critério de exclusão são análises onde o sistema eleitoral é variável de contexto (ou variável antecedente), por exemplo: estudos que analisam a relação entre partidos políticos e o aumento de mulheres nos parlamentos em países com sistema eleitoral misto. Nessa relação, a variável explicativa é o partido político e não o sistema eleitoral.

2.6 A extração no software StArt

A filtragem manual que possibilitou uma organização mais rápida dos textos de interesse para essa pesquisa contou com o auxílio da ferramenta StArt²² (Montebelo et al., 2007). Nela, é preciso que a pesquisadora relate um protocolo sobre o desenho de busca das informações e da própria pesquisa.

É possível realizar três etapas na ferramenta: *i.* planejamento; *ii.* execução; e, *iii.* sumarização. Na etapa 1 é onde se cria o protocolo da pesquisa: descrição do desenho, quais bases foram utilizadas e quais filtros optou-se nelas, idioma dos manuscritos e de seus respectivos resumos e critérios de inclusão e exclusão. O segundo passo é a última extração dos textos a partir dos critérios de inclusão e exclusão e verificação de documentos repetidos – isso é possível, pois a mesma revista pode ser indexada na coleção principal da Web of Science e da Scopus – e sua retirada. Emprego a seção “2.8. O fluxograma PRISMA de decisões” desde o número inicial de documentos até o N = 20 para apresentar um fluxograma do passo a passo numérico da extração dos documentos de interesse.

Nesse momento, para começar a filtragem final, exportei para o software o total de 461 documentos (193 da Scopus e 268 da Web of Science). Mas, sem ter uma seleção suficiente, optei por convocar um segundo avaliador quando encontrei os possíveis 35 manuscritos elegíveis. Essa escolha teve como objetivo aumentar a confiabilidade da pesquisa.

Extraí do StArt um .csv com os metadados desses 35 textos e repassei os critérios de inclusão e exclusão ao revisor “N”²³. A explicação desse processo e o teste estatístico feito para averiguar a compatibilidade de nossa seleção é exposto na próxima seção.

2.7 O teste Kappa

Nessa última etapa de extração, após a seleção no software StArt, examinamos, por meio de dois avaliadores independentes (“M” e “N”), os resumos de 34 estudos potencialmente afins ao problema da dissertação para se determinar o N final da revisão.

²² O *State of the Art through Systematic Review* (StArt) é um software desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LaPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Foi criado para auxiliar revisões sistemáticas, mas seu protocolo pode ser utilizado na elaboração de revisões de escopo. Para saber mais acesse: http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool. Acesso em 10 de março de 2021.

²³ Denominei nessa pesquisa como avaliadora “M” o meu trabalho e o avaliador “N”, o segundo avaliador.

Nesse momento, foi acordado a aplicação dos critérios de inclusão descritos da seção 2.5. “Os critérios de inclusão e exclusão em títulos, resumos e palavras-chave dos manuscritos”. Em caso de dúvida, fizemos a leitura da introdução dos manuscritos.

Em nossa avaliação concordamos apenas 24 vezes (das possíveis 34), sendo 12 casos ‘sim-sim’ (aceitando o artigo para a revisão) e 12 casos ‘não-não’ (rejeitando a inclusão do documento no estudo). Houve discrepância em 10 artigos.

Para averiguar a confiabilidade do procedimento aplicamos o teste de Kappa de Cohen.

O Teste de Kappa de Cohen mostrou uma confiabilidade **fraca** entre os observadores ($k = 0,412$; $p < 0,016$; concordância = 70,6%; ver os resultados completos no Anexo D)²⁴. Isso pode significar três coisas: 1. falta de clareza nos critérios de inclusão e exclusão; 2. a falta de um treinamento mais intenso para os dois avaliadores; 3. a falta da clareza na redação científica de títulos, resumos e palavras-chave dos documentos analisados.

Para sanar essa lacuna metodológica, convidei um terceiro avaliador “A” para decidir sobre a inclusão ou não desses 10 textos no corpus do estudo. Dois artigos foram excluídos definitivamente e foram incluídos na amostra 8 artigos, o que totaliza 20 documentos para análise pormenorizada.

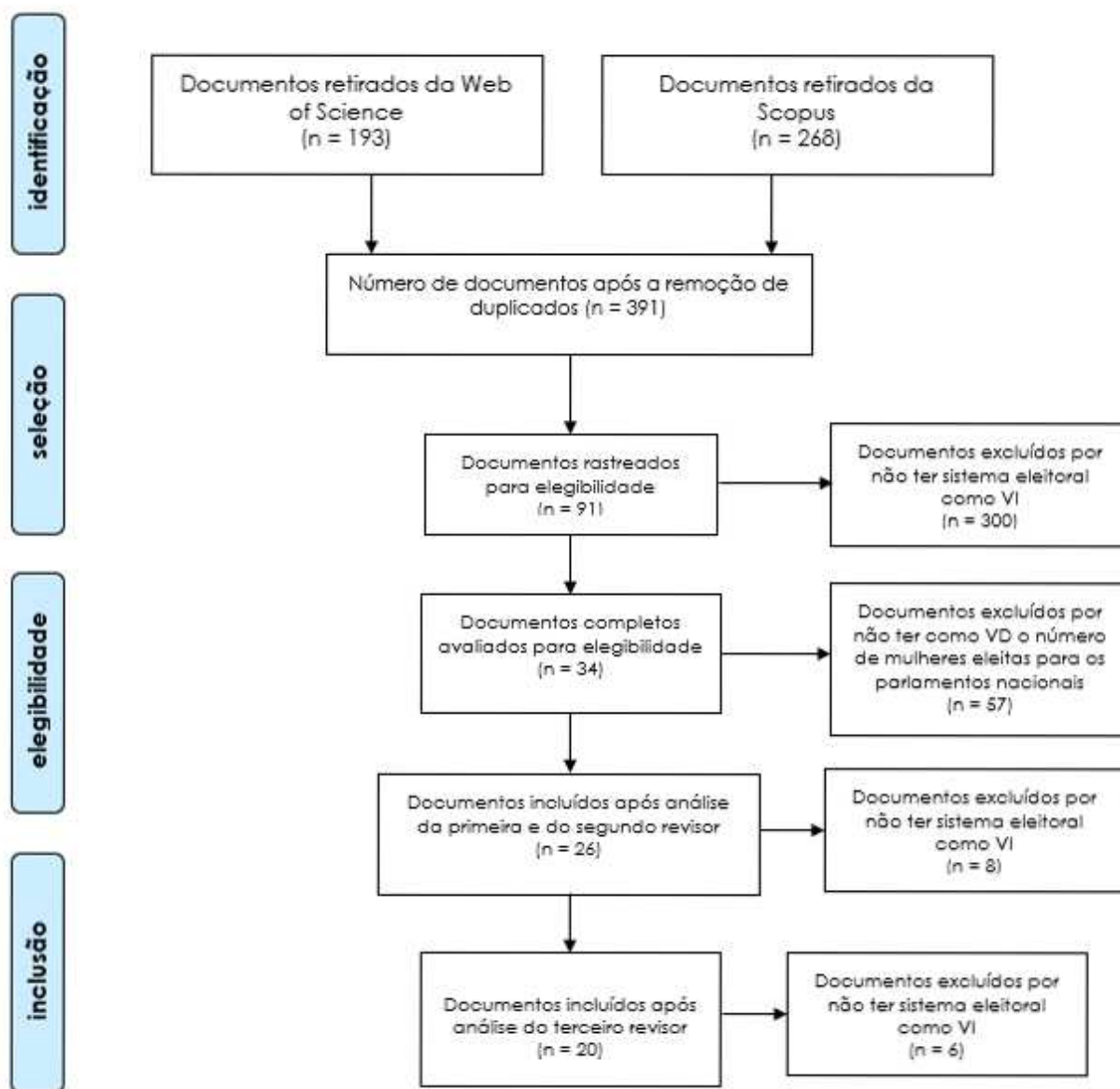
Na seção abaixo apresento o fluxograma com o passo a passo da seleção desses manuscritos até seu corpus final.

²⁴ Nesta etapa, adotei a escala de McHugh (McHugh, 2012) onde o nível de confiabilidade inter-observadores é a seguinte: 0 a 0,2 = nenhuma; 0,21 a 0,39 = mínima; 0,4 a 0,59 = fraca; 0,6 a 0,79 = moderada; 0,8 a 0,9 = forte; acima de 0,9 = quase perfeita. Os parâmetros de Landis e Koch (Landis & Koch, 1977) não são tão exigentes, mas demandaram igualmente um terceiro observador (o Kappa entre 0,41 e 0,6 é “moderado”).

2.8 O fluxograma prisma do passo a passo do processo de seleção dos documentos

Descrevo o passo a passo da extração dos manuscritos por meio do PRISMA 2009 Flow Diagram. Quatro etapas da seleção estão presentes: identificação das fontes, seleção, elegibilidade e inclusão.

Figura 3. Fluxograma da seleção dos manuscritos para chegar ao corpus final de análise



Fonte: elaboração da autora a partir de (Moher et al., 2009).

2.9 Os manuscritos selecionados

Após todo esse processo, 20 manuscritos foram selecionados. Três tipos de manuscritos compõem a revisão: artigos científicos, capítulos de livros e notas de pesquisas.

O Quadro 9 lista os documentos do corpus do estudo. Esse reúne as autoras, o título do documento, tipo da publicação, o nome do periódico ou do livro que se encontra indexado, e o SCImago Journal Rank (SJR) de 2019 dos periódicos. O SJR é o indicador científico da influência da revista, é calculado pelo número de citações recebidas em 3 anos anteriores ao seu cálculo e demonstra o poder de influência na comunidade internacional²⁵.

Duas informações se destacam no quadro de apresentação dos manuscritos.

A primeira é a predominância de artigos científicos. Isso pode significar dois pontos: 1. que há um viés de indexação das plataformas científicas por esse tipo de publicação; ou, 2. que essa agenda pesquisa se comunica em maior parte por artigos.

A segunda se refere ao SRJ de 2019. Para o padrão internacional do indicador, que chega a uma média entre 4 a 5 pontos²⁶ no primeiro quartil para as Ciências Sociais, a maioria das revistas possui um baixo impacto. O único periódico que está na média do primeiro quartil do SRJ de 2019 é a que indexa o texto de Schwindt-Bayer & Mishler (2005). Como as duas bases selecionadas para essa pesquisa concentram uma parte da elite da ciência política internacional esse dado pode refletir (1) a pouca atenção do campo para o tema ou (2) uma centralidade dessa agenda em periódicos pouco citados.

Para seguir na análise desses textos selecionados apresento na próxima (e última) seção deste capítulo quais foram as perguntas que fiz para os seus conteúdos substantivos.

²⁵ Para saber mais acesse: <https://feup.libguides.com/publicacao-cientifica/revistas>. Acesso em 11 de março de 2021.

²⁶ Para saber mais acesse: https://www.scimagojr.com/journalrank.php?area=3300&page=1&total_size=7300. Acesso em 9 de março de 2021.

Quadro 9. Atributos dos manuscritos analisados (título, tipo da publicação, qual livro ou periódico está indexado e qual o SJR de 2019)

id	autor(as)/ano	título	tipo da publicação	livro/periódico	SJR (2019)
1	Schwindt-Bayer & Mishler, 2005	An integrated model of women's representation	artigo	The Journal of Politics	4.286
2	Schmidt, 2020	Are open or closed lists better for women? Comparing Lima and the Provinces in Peru	artigo	Apuntes	SI
3	Lee, 1997	Democratization, electoral systems, and women's representation: A comparative study of women's legislative participation in South Korea and Taiwan	artigo	Pacific Focus	0.213
4	Roberts, Seawright & Cyr, 2012	Do Electoral Laws Affect Women's Representation?	artigo	Comparative Political Studies	3.5
5	Nicholl, 2006	Electing women to parliament: Fiji and the alternative vote electoral system	artigo	Pacific Journalism Review	00NE
6	Hughes, 2016	Electoral Systems and the Legislative Representation of Muslim Ethnic Minority Women in the West, 2000-2010	artigo	Parliamentary Affairs	1.299
7	Kaminsky & White, 2007	Electoral Systems and Women's Representation in Australia	artigo	Commonwealth & Comparative Politics	0.291
8	Castles, 1981	Female Legislative Representation and The Electoral System	nota de pesquisa	Politics	0.717
9	Studlar, 2007	Feminist society, paternalist politics: How the electoral system affects women's representation in the United States congress	capítulo	Women and Legislative Representation	
10	Urbatsch, 2016	Gendered electoral systems in the French	nota de pesquisa	West European Politics	2.446
11	Barkman, 1995	Politics and Gender: The Need for Electoral Reform	artigo	Politics	0.717
12	Salmond, 2006	Proportional representation and female parliamentarians	artigo	Legislative Studies Quarterly	2.241
13	Moser, 2001	The effects of electoral systems on women's representation in post-communist states	artigo	Electoral Studies	1.554
14	Thames, 2018	The electoral system and women's legislative underrepresentation in post-communist Ukraine	artigo	Comparative Politics	1.244
15	Norris, 2006	The impact of electoral reform on women's representation	artigo	Acta Politica	0.697
16	Thames, 2017	Understanding the Impact of Electoral Systems on Women's Representation	artigo	Politics & Gender	1.107
17	Golder et al., 2017	Votes for Women: Electoral Systems and Support for Female Candidates	artigo	Politics & Gender	1.107
18	Joshi, 2012	Who gets unequal parliamentary representation? A comparison of India and Sri Lanka	nota de pesquisa	Contemporary South Asia	0.252
19	Darcy & Nixon, 1996	Women in the 1946 and 1993 Japanese house of Representatives elections: The role of the election system	artigo	Journal of Northeast Asian Studies	NE
20	Connolly & Stęfańczyk, 2015	Women's political representation in post-Soviet republics: Parliamentary elections in Georgia and Abkhazia	artigo	Studies of Transition States and Societies	0.191

OBS.: SI = sem informação (está indexada na base Scopus, mas não há ainda a métrica); NE = não encontrada na base; não indexada; NT = não tem.

Fonte: Elaboração da autora (a partir de Scopus e Web of Science).

2.10 Métodos de análise dos textos na revisão de escopo: a grade de leitura

Um conjunto de questões foram aplicadas ao corpus desta pesquisa. Esse agrupamento é titulado de **grade de leitura** e faz parte da metodologia e protocolo da revisão de escopo. Apliquei essas dúvidas ao conteúdo substantivo dos documentos – e deve ser elaborado antes da análise.

Suas respostas são consideradas os resultados da pesquisa. Para isso, formulei aqui 14 questões:

1. Quais os atributos das autoras do corpus estudado (gênero, filiação institucional e país da instituição)?
2. Quais os tipos básicos e específicos dos sistemas eleitorais analisados nos textos?
3. A qual a dimensão (socioeconômica, cultural ou institucional) suas variáveis podem ser filiadas?
4. Qual o assunto geral do texto?
5. Compara sistemas eleitorais?
6. Compara países?
7. Qual o número de casos analisados?
8. Qual análise temporal é aplicada: transversal ou longitudinal?
9. Qual o período analisado?
10. Qual(is) a(s) variável(is) antecedente(s), independente(s), interveniente(s) e dependente(s)?
11. Qual o argumento central do texto?
12. Tem hipótese? Se sim, quais são? São confirmadas ou não?
13. O sistema eleitoral impacta no número de mulheres eleitas?
14. Qual a conclusão do texto?

No próximo capítulo apresento os resultados das respostas dessa grade de leitura.

3 Resultados: o impacto do sistema eleitoral na representação parlamentar feminina

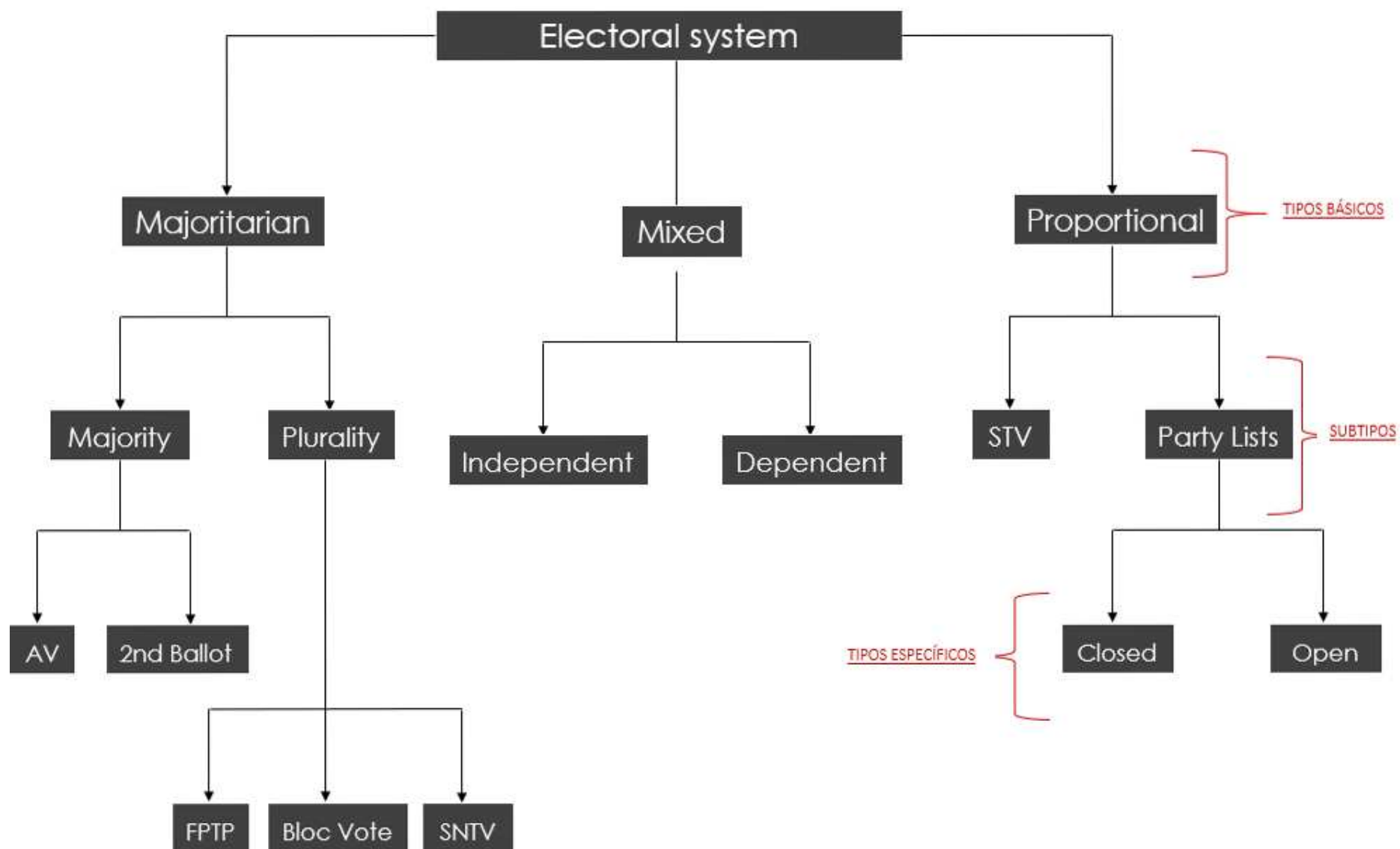
Este capítulo debate a resposta dos manuscritos das quatorze perguntas da grade de leitura. Entre elas estão: atributos de autoras e autores; atributos dos textos; a relação de conjuntos do sistema eleitoral; a relação de conjuntos das dimensões das variáveis independentes e dependentes; e, os mecanismos explicativos.

Derivações das regras eleitorais ou dos mecanismos que complementam os sistemas eleitorais não foram considerados como critérios de inclusão, tais como cotas, magnitude distrital etc. Apenas textos que comportavam os tipos básicos (proporcional, misto ou majoritário) ou específicos (SNTV, FPTP etc.) foram considerados. Para demonstrar essa limitação, a Figura 4, adaptado de Norris (2004), expõe um fluxograma das derivações desses sistemas e a seguir sua explicação.

3.1 Tipos e subtipos de sistemas eleitorais

O conceito de sistema eleitoral já foi debatido na Introdução. Neste capítulo, apenas apresento e explico quais são seus mecanismos. Na Figura 4 chamo de **tipo básico** de sistema eleitoral os três modelos: proporcional, misto e majoritário. Quando, em um desses modelos, há abaixo duas camadas, chamo o intermediário de **subtipo** e o último de **tipo específico** – como nos casos dos sistemas eleitorais majoritários e proporcionais. Quando não há, não denomino o último como intermediário (especificamente como subtipo), apenas denomino de tipo específico como é o caso dos sistemas eleitorais mistos.

Figura 4. Tipos básicos, subtipos e tipos específicos de sistemas eleitorais



Fonte: elaboração da autora

Sistemas majoritários são formas de contabilizar qual candidata recebeu o maior número de votos para ganhar a cadeira em disputa. Esses se dividem em dois subgrupos. O primeiro é conhecido como *majority* (em português, maioria) e o segundo como *plurality* (em português, pluralidade). Segundo Norris (2004), a diferença entre esses dois **subtipos** de sistema majoritário é pelo primeiro (*majority*) gerar um **tipo específico** de sistema eleitoral em que é preciso ter a maioria absoluta dos votos para vencer a eleição (50% + 1), e pelo segundo (*plurality*) gerar apenas **tipos específicos** de sistemas eleitorais majoritários onde é suficiente uma maioria simples (ex: às vezes 35% ou menos) para ser eleita.

Em *majority* temos dois **tipos específicos** de sistema eleitoral: *i. alternative vote* (AV), em português voto alternativo, é o sistema de maioria em que concorre apenas um representante por distrito; e, *ii. 2nd Ballot*: foi cunhado por Reynolds et al. (2005) e em português é conhecido como sistema de maioria com voto alternativo não transferível, os eleitores são levados a ordenar suas preferências, mas não há eliminação dos candidatos com menos votos como no *alternative vote* (Silva Neto, 2015). Esse último foi proposto, em 1770, pelo matemático francês Jean-Charles Borda (Silva Neto, 2015).

Já em *plurality* temos três **tipos específicos** de sistema eleitoral: *i. the first past the post* (FPTP), conhecido como sistema majoritário de maioria simples sem segundo turno, ou “distrital” – em uma tradução livre seria votação do primeiro após a postagem; *ii. bloc vote* (voto em bloco individual) é o mecanismo em que o eleitorado vota quantas vezes for o número de cadeiras em disputas e vence aquela(e) que receber mais votos individualmente; e, *iii. single non-transferable vote* (SNTV): voto único não transferível e conhecido como “distritão” em língua portuguesa, é quando um partido pode apresentar quantas candidaturas quiser, mas o eleitorado vota apenas em uma delas, ganhando assim quem tiver mais votos individualmente (Nicolau, 2012; Silva Neto, 2015).

Os sistemas proporcionais são formas de contar quantos votos cada candidata teve para analisar quais partes do eleitorado o partido (ou grupo ou coligação) possivelmente irá representar. Assim, este mecanismo pretende refletir o número de votos que cada grupo ou partido recebe – por meio de candidatas - em cadeiras no parlamento. Esse sistema se divide em dois **submodelos**. O primeiro é o *single transferable vote* (STV) ou, em português, voto único transferível, que é o sistema proporcional em que os votos são contabilizados para os partidos e estes só entram na distribuição de cadeiras se atingirem uma “cota”. Ao atingirem essa cota, a candidata mais votada tem direito à cadeira. O segundo são os *sistemas de listas* que se dividem em dois *tipos específicos*: *i. sistema de lista aberta*, onde não há uma lista ordenada de quem será eleito; assim, quem recebe mais votos no partido ou coligação

vitoriosa entra, e assim por diante; e, *ii.* o *sistema de lista fechada*, que independente de quantos votos cada candidata recebe quem assume a cadeira são os primeiros colocados na lista que os partidos definiram anteriormente.

Os sistemas eleitorais mistos ou combinados são formas de unir os dois modelos acima – majoritário e proporcional – em uma só forma de contabilidade dos votos. Isto é, nesse sistema, se divide o número de cadeiras para que um número de candidatas concorra por uma forma e outro número, de outra. Quando essas duas formas se conectam para que não haja um desperdício de votos se denomina *sistema eleitoral misto combinado ou de correção*. Shugart & Wattenberg (2001) conceituam essa “conexão” como *linkage* das camadas para averiguar se haverá sobre representação de uma camada diante da outra. Quando não há essa conexão e as duas camadas atuam de formas “autônomas” é cunhado de *sistema eleitoral misto independente ou paralelo*.

Os tipos específicos de sistemas eleitorais que não aparecem nesse fluxograma estão nas observações dos Quadros em que tabulo os dados dos textos analisados. Isso ocorreu devido à variação linguística. O mesmo mecanismo pode ser denominado de uma forma no inglês norte-americano e de outra no inglês britânico.

3.2 Autores e autoras: perfil de gênero e instituição

Após essa explicação dos sistemas eleitorais apresento os resultados substantivos da análise do corpus. O primeiro resultado diz respeito aos atributos das autoras e autores estudados, qual gênero, filiação institucional e país de vinculação acadêmica. Esses dados estão no Quadro 10:

Nessa análise, 31 autoras e autores estão presentes. Não encontrei a informação do gênero de apenas um – o que representa 3,2% do corpus - e outro autor aparece duas vezes (Frank C. Thames no id 14 e no id 16). Apenas 12 são de gênero feminino, refletindo o predomínio masculino (18 autores). Em pontos percentuais isso representa uma presença feminina de 38,7% em contraponto com 58,1% da presença masculina.

Outra diferença de gênero é em relação a autoria individual. Dos 31 casos, 9 autorias masculinas escrevem individualmente comparado com apenas 4 femininas. Isso significa que a presença das autorias individuais masculinas são mais que o dobro das femininas.

É possível notar que as autorias femininas se concentram em coautorias, enquanto as masculinas possuem um equilíbrio entre autoria individual e coletiva. Outro dado importante é que em apenas dois casos acontecem coautorias do mesmo gênero: um de coautoria feminina-feminina (id 20) e outro de coautoria masculina-masculina (id 19).

Esses dados de gênero podem significar três coisas: *i.* uma desigualdade de gênero nesse subcampo de pesquisa, mesmo o objeto de análise sendo mulheres; *ii.* uma desigualdade que reflete a desigualdade de gênero nos mais altos postos da Ciência Política internacional, visto que os manuscritos aqui analisados são indexados nas duas principais bases de dados científicos internacionais das Ciências Humanas; e, *iii.* que essa desigualdade leva as autoras femininas a procurarem coautorias masculinas para publicar em revistas internacionais.

Desses 31 casos, 19 estão filiadas às instituições dos Estados Unidos - o caso de Frank C. Thames contou apenas uma vez. Isso demonstra o predomínio do país nessa subagenda, representando 61,29% do corpus. Outro aspecto é que sua concentração é em coautoria com autores e autoras também dos EUA. Em apenas uma situação nota-se coautoria norte-americana com outros países (id 17), sendo a autora dos EUA. Isso pode significar que há uma baixa circulação internacional de autores e autoras deste país. O Reino Unido e a Irlanda apresentam a mesma característica de baixa parceria internacional: o primeiro conta com dois casos de autorias individuais (id 8 e id 11) e o segundo com um caso de coautoria Irlanda-Irlanda (id 20).

Há apenas um caso com alta circulação internacional de coautorias, mas vinculado a países do eixo Estados Unidos-Europa (id 17). Nesse sentido, há apenas um caso que chama a atenção por não estar nesse eixo central: a autora Rae Nicholl (id 5) que possui vinculação institucional em Fiji, um país da Oceania.

Por outro lado, o dado da instituição revela que, por mais que não haja uma parceria internacional de coautorias, há uma presença de parcerias entre instituições diferentes no mesmo país. Pois há apenas três casos em que a coautoria foi da mesma instituição: a Xavier University (id 7) instituição dos Estados Unidos, a Oklahoma State University (id 19) também instituição dos Estados Unidos e a Dublin City University, na Irlanda. Esse dado demonstra também que os Estados Unidos apresentam – embora pequena – a concentração de coautoria de mesma instituição.

Quadro 10. Atributos das autoras dos textos do corpus estudado (gênero, filiação institucional e país da instituição)

id	autoras(es)	gênero	instituição	país da instituição
1	Leslie A. Schwindt-Bayer	feminino	University of Mississippi	Estados Unidos
	William Mishler	masculino	University of Arizona	Estados Unidos
2	Gregory D Schmidt	masculino	Universidad de Texas en El Paso	Estados Unidos
3	R. Jungja Lee	sem informação	sem informação	sem informação
	Andrew Roberts	masculino	Northwestern University	Estados Unidos
4	Jason Seawright	masculino	Northwestern University	Estados Unidos
	Jennifer Cyr	feminino	University of Arizona	Estados Unidos
5	Rae Nicholl	feminino	University of the South Pacific	Fiji
6	Melanie M. Hughes	feminino	University of Pittsburgh	Estados Unidos
7	Jackie Kaminsky	feminino	Xavier University	Estados Unidos
	Timothy J. White	masculino	Xavier University	Estados Unidos
8	Francis G. Castles	masculino	University of Edinburgh	Reino Unido
9	Donley T. Studlar	masculino	West Virginia University	Estados Unidos
10	Robert Urbatsch	masculino	Iowa State University	Estados Unidos
11	Kerstin Barkman	feminino	University of Wesuninster	Reino Unido
12	Rob Salmond	masculino	University of California	Estados Unidos
13	Robert G. Moser	masculino	University of Texas at Austin	Estados Unidos
14	Frank C. Thames	masculino	Texas Tech University	Estados Unidos
15	Pippa Norris	feminino	Harvard University	Estados Unidos
16	Frank C. Thames	masculino	Texas Tech University	Estados Unidos
	Sona N. Golder	feminino	The Pennsylvania State University	Estados Unidos
17	Laura B. Stephenson	feminino	The University of Western Ontario	Canadá
	Karine Van der Straeten	feminino	CNRS, Toulouse School of Economics & IAST	França
	André Blais	masculino	University of Montreal	Canadá
	Damien Bol	masculino	King's College London	Reino Unido
	Philipp Harfst	masculino	University of Oldenburg	Alemanha
	Jean-François Laslier	masculino	CNRS & Paris School of Economics	França
18	Devin Joshi	masculino	University of Denver	Estados Unidos
19	R. Darcy	masculino	Oklahoma State University	Estados Unidos
	David L. Nixon	masculino	Oklahoma State University	Estados Unidos
20	Eileen Connolly	feminino	Dublin City University	Irlanda
	Karolina Ó Beacháin Stefańczak	feminino	Dublin City University	Irlanda

Fonte: Elaboração da autora.

Esses dados podem retratar três situações: *i.* o forte predomínio dos Estados Unidos nesse subcampo de pesquisa; *ii.* o domínio das instituições desse país nas bases analisadas (Web of Science e Scopus); ou, *iii.* o domínio norte-americano nas publicações internacionais mais visíveis, pois como já dito anteriormente essas duas bases científicas são as que recebem maior atenção do campo de Ciências Humanas internacional. Nesse

sentido, esse último aspecto reforça a percepção do predomínio norte-americano em parte da elite da Ciência Política internacional. Há também duas premissas para pensar nisso (1) pela *origem institucional* dessa ciência ter sido nesse país por meio da criação do primeiro Departamento de Ciência Política na Universidade de Columbia em 1880²⁷ e (2) pelo forte viés metodológico que a Ciência Política norte-americana exportou para outros países.

Passo agora a apresentar os dados do conteúdo substantivo desse corpus de análise para verificar quais são suas características fundamentais e o que argumentam.

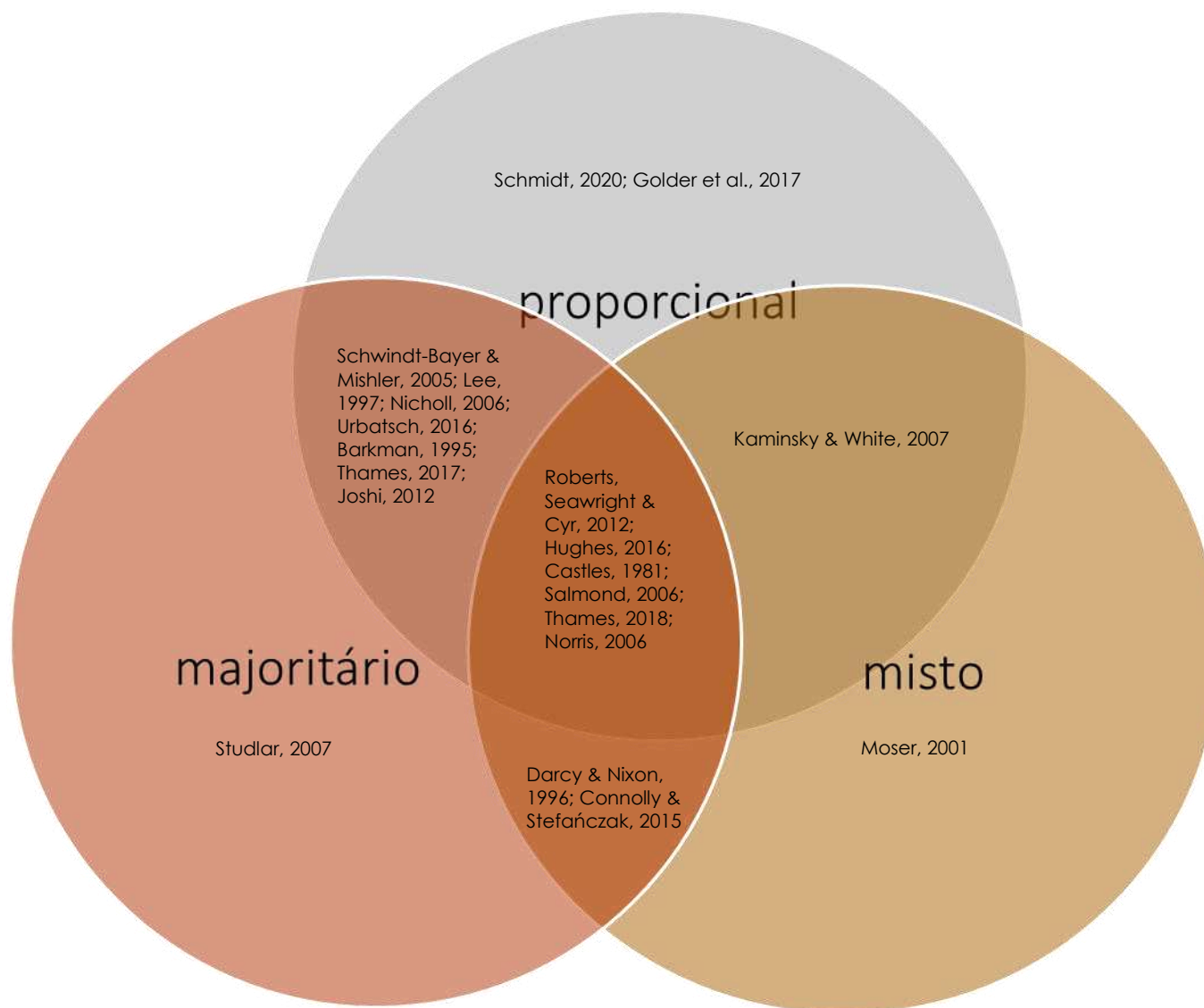
3.3 Tipos e subtipos de sistemas eleitorais nos textos analisados

Para iniciar, apresento um diagrama de Venn (Figura 5) que expõe o foco da análise desses manuscritos nos três **tipos básicos** de sistema eleitoral (proporcional, misto e majoritário) e o Quadro 11 com essas informações, agora detalhando os respectivos **tipos específicos** de sistemas eleitorais estudados. Isso é importante para analisar quais são as conexões que direcionam esse subcampo – análise de um tipo de sistema, estudos comparativos - e suas disputas argumentativas – a contraposição de um tipo de sistema eleitoral sobre outro etc.

Apresento esses dois elementos, de forma conjunta, por cumprirem funções complementares. O primeiro (Figura 5) apresenta a conexão entre os textos e o segundo (Quadro 11) a informação adicional do tipo específico do sistema eleitoral tratado na pesquisa.

No Quadro 11 destaco os 4 textos que contém a análise de apenas um tipo básico de sistema eleitoral (id 2, id 9, id 13 e id 17). Percebe-se que os outros 16 textos comportam uma relação importante que os próximos dados vão demonstrar: analisar mais de um sistema eleitoral quer dizer compará-los? No Quadro 12 apresento e debato isso de forma mais pormenorizada.

²⁷ Essa informação foi retirada de Leite (2016).



Fonte: elaboração da autora.

Quadro 11. Tipos básicos e específicos de sistemas eleitorais por documento analisado

id	autor(as)/ano	tipos de sistemas eleitorais	subtipos(a)
1	Schwindt-Bayer & Mishler, 2005	proporcional e majoritário	SMD
2	Schmidt, 2020	proporcional	PLO(g), PLC(h), STV
3	Lee, 1997	proporcional e majoritário	não há
4	Roberts, Seawright & Cyr, 2012	proporcional, misto e majoritário	SNTV, TRS(b), SVT
5	Nicholl, 2006	proporcional e majoritário	STV, SNTV, FTPT
6	Hughes, 2016	proporcional, misto e majoritário	MMP, STV, FPTP, TRS,
7	Kaminsky & White, 2007	proporcional e misto	SVT
8	Castles, 1981	proporcional, misto e majoritário	STV, FPTP, SNTV, TRS
9	Studlar, 2007	majoritário	SMP(f)
10	Urbatsch, 2016	proporcional e majoritário	não há
11	Barkman, 1995	proporcional e majoritário	FTPT
12	Salmond, 2006	proporcional, misto e majoritário	STV, MMP(c)
13	Moser, 2001	misto	não há
14	Thames, 2018	proporcional, misto e majoritário	SMD
15	Norris, 2006	proporcional, misto e majoritário	STV, MMM(e), MMP, FTPT, SNTV, TRS
16	Thames, 2017	proporcional e majoritário	não há
17	Golder et al., 2017	proporcional	PLO, PLC, STV
18	Joshi, 2012	proporcional e majoritário	SMD(d)
19	Darcy & Nixon, 1996	misto e majoritário	SNTV
20	Connolly & Stefańczyk, 2015	misto e majoritário	MMP, TRS

(a) Essa coluna está com as abreviações em inglês. (b) conhecido como sistema majoritário de duas rodadas em língua portuguesa; (c) é o sistema eleitoral misto dependente ou de correção; (d) conhecido como sistema majoritário de distrito único, em que cada distrito elege apenas uma representante por maioria de votos; (e) sistema eleitoral misto independente ou paralelo; (f) é o mesmo sistema majoritário de maioria simples chamado de "distrital" ou FTPT; (g) proporcional de lista aberta; (h) proporcional de lista fechada.

Fonte: Elaboração da autora.

A primeira relação entre os conjuntos do sistema majoritário e proporcional demonstra a disputa importante que impulsionou esse subcampo de estudo. Porém, por mais que esse debate tenha alavancado evidências sobre o impacto do sistema eleitoral, poucas pesquisas fizeram testes para comprovar o argumento favorável à capacidade do sistema proporcional de eleger mais mulheres (Roberts et al., 2012). Um estudo que sana essa dúvida é o de Norris (2006), que confirmou que mulheres possuem duas vezes mais probabilidade de serem eleitas em sistema proporcional comparado ao sistema majoritário. Por outro lado, um contraponto a essa defesa - de que o sistema proporcional é o melhor incentivo à eleição de mulheres - é Moser (2001). Ele expôs que nos casos da Hungria e

Lituânia foi o sistema majoritário de duas rodadas que possibilitou maior presença de mulheres nos parlamentos nacionais.

Por conta dessa disputa entre sistema proporcional e sistema majoritário, apenas um texto (Castles, 1981) comparou os três tipos básicos do sistema eleitoral antes dos anos 2000. Os demais textos (Roberts et al., 2012; Hughes, 2016; Norris, 2006; Salmond, 2006; Thames, 2018) foram publicados só depois de 2006, o que reforça que as pesquisas focaram na relação entre sistema proporcional e sistema majoritário.

Uma questão importante nesse aspecto é Castles (1981) apontar, nos anos 1980, como era difícil analisar a relação do sistema eleitoral de voto único transferível (STV) e do voto único não transferível (SNTV) - conhecido em língua portuguesa como “distritão” - por duas razões: *i.* por ser aplicado a apenas alguns países (na época a Irlanda, Malta e Japão); e *ii.* devido esses países terem uma tradição de barreiras culturais à representação parlamentar feminina.

A última relação, que foi a que menos recebeu atenção nesse corpus analisado, foi entre sistema eleitoral majoritário e misto. Dois textos apenas (Connolly & Stefańczak, 2015; Darcy & Nixon, 1996) focam nesse aspecto, sendo um antes dos anos 2000 e outro só depois de 2010. Um achado importante nessa ligação foi descobrir que sistemas mistos, em países pós-comunistas, beneficiaram a entrada de mulheres no parlamento em contraponto com outros sistemas eleitorais (Connolly & Stefańczak, 2015).

O centro desse problema de pesquisa oscilou entre compreender os benefícios do sistema proporcional frente ao sistema majoritário, ou contestar essa defesa ao apresentar casos em que isso não ocorreu – e até mesmo em que o sistema majoritário foi mais benéfico à representação parlamentar feminina.

Esses dados não demonstram um aspecto importante da literatura - num sentido amplo sobre a representação parlamentar feminina - que Krook (Krook, 2010) e Christmas-Best & Kjær (2007) apontam: uma relação mais pormenorizada entre variáveis socioeconômicas, culturais e institucionais. Pois, por mais que o sistema eleitoral tenha um peso em estudos comparados, essa agenda – em um sentido amplo - começou com estudos de casos (análise interna e descritiva de país a país). Como Castles (1981) argumenta, não há uma descrição exata do que determina o número de mulheres eleitas, visto que essa variável dependente possui uma relação complexa, entre sociedade e Estado, a ser rastreada. Por isso não argumento que o sistema eleitoral aqui seja variável suficiente para explicar a representação parlamentar feminina, mas que impacta na variação de seu número. Desse modo, o que importa nessa pesquisa é compreender, para além do estado da arte do

subcampo, como podemos organizar esse debate para avançar na identificação da influência do sistema eleitoral.

3.4 Atributos dos manuscritos selecionados: assunto geral, objeto de comparação, número de casos, recorte e período temporal

O próximo resultado (Quadro 12) aprofunda o debate sobre a importância do método comparado para compreender o problema da representação parlamentar feminina por essa via institucional – os sistemas eleitorais.

Chamo a atenção para três informações: 1. os casos que comparam ou não sistemas eleitorais; 2. os casos que comparam ou não países; 3. os estudos longitudinais e transversais.

O primeiro ponto demonstra o quanto comparar sistemas eleitorais faz com que haja avanço nas pesquisas. Em termos numéricos, apenas três estudos não comparam sistemas eleitorais. Os outros 17 textos são comparativistas, opondo diferentes sistemas eleitorais.

Quadro 12. Atributos dos manuscritos por assunto, se compara ou não sistemas eleitorais, se compara países, número de casos analisados, tipo de análise e período estudado

id	autor(as)/ano	assunto geral do estudo	compara sistemas eleitorais?	compara países?	número de casos(s)	análise temporal	período
1	Schwindt-Bayer & Mishler, 2005	Analisa como os quatro tipos de representação (simbólica, substantiva, formal e descritiva) se relacionam para exercer influência na representação descritiva de mulheres para os parlamentos.	sim	sim	31	transversal	anos 1990
2	Schmidt, 2020	Revisa o antigo debate na literatura sobre sistemas eleitorais quanto aos méritos relativos dos sistemas proporcionais de listas abertas e fechadas para a eleição de mulheres no Peru (dimensão nacional) comparado a Lima (dimensão local).	não	não	1 (Peru)	longitudinal	1995 e 2000; 1978-2016
3	Lee, 1997	Compara as eleições para os parlamentos locais e nacionais na Coreia do Sul e em Taiwan após a democratização com o intuito de verificar se o sistema eleitoral impacta na representação parlamentar feminina.	sim	sim	2 (Coreia do Sul e Taiwan)	longitudinal	1948-1996
4	Roberts, Seawright & Cyr, 2012	Examina estimativas mais precisas do efeito de sistemas eleitorais na representação feminina através da comparação de mudanças de regras eleitorais em países bicamerais.	sim	sim	43; 19	longitudinal	1946-2002; 1970-2007
5	Nicholl, 2006	Analisa a história das eleições de Fiji para estimar qual o melhor sistema eleitoral para aumentar a representação feminina no país.	sim	não	1 (Fiji)	longitudinal	1994-2001
6	Hughes, 2016	Analisa o impacto dos diferentes sistemas eleitorais na representação parlamentar de minorias mulçumanas em países ocidentais, e compara o sexo dos representantes eleitos para argumentar qual sistema beneficia ou prejudica a eleição de mulheres mulçumanas.	sim	sim	20	longitudinal	2000-2010
7	Kaminsky & White, 2007	Analisa o impacto de dois sistemas eleitorais distintos (proporcional STV e misto) no número de mulheres eleitas para a Câmara comparando com o Senado da Austrália durante 61 anos.	sim	não	1 (Austrália)	longitudinal	1943-2004
8	Castles, 1981	Faz um breve levantamento do número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais de 21 pela tese de que o impacto de sistemas proporcionais na representação feminina é uma consequência dos sistemas eleitorais de listas.	sim	sim	21	longitudinal	1977-1981
9	Studlar, 2007	Analisa a baixa representação de mulheres na Câmara dos Representantes dos EUA a partir do sistema eleitoral majoritário de um único membro.	não	não	1 (EUA)	longitudinal	1974-2006
10	Urbatsch, 2016	Analisa os dois tipos de eleições (por sistema proporcional e por sistema majoritário) para o Senado francês para averiguar o perfil das representantes eleitas por cada um dos sistemas.	sim	não	1 (França)	longitudinal	1959-2014

11	Barkman, 1995	Analisa o impacto de sistemas eleitorais proporcionais com lista e STV comparado com sistemas majoritários em 20 países industrializados que possuem altos níveis de desenvolvimento econômico em 1993.	sim	sim	20		transversal	1993
12	Salmond, 2006	Analisa o impacto de diversos sistemas eleitorais no número de mulheres eleitas para a Câmara Baixa de países ricos questionando os modelos estatísticos utilizados na área até então.	sim	sim	21		longitudinal	1950-2001
13	Moser, 2001	Analisa o impacto de sistemas eleitorais mistos, proporcionais e majoritários, comparando quatro países pós-comunistas (Rússia, Hungria, Lituânia e Ucrânia) com quatro democracias industriais avançadas (Alemanha, Itália, Nova Zelândia e Japão).	sim	sim	8		longitudinal	1990-1998
14	Thames, 2018	Analisa o impacto dos sistemas eleitorais majoritário, misto e proporcional de lista fechada na representação das mulheres no parlamento nacional da Ucrânia.	sim	não	1 (Ucrânia)		longitudinal	1994-2012
15	Norris, 2006	Analisa como a reforma eleitoral do início dos anos 2000 na Holanda pode afetar o número de mulheres eleitas para o seu parlamento nacional.	sim	não	1 (Holanda); 175		longitudinal	sem informação; 1991-2005
16	Thames, 2017	Analisa a mudança de sistemas eleitorais, ao longo de um grande período de tempo, em 98 países, para averiguar se o maior impacto dessa instituição na representação das mulheres não se dá no longo prazo.	sim	sim	98		longitudinal	1955-2012
17	Golder et al., 2017	Realiza um experimento eleitoral durante o ano de 2014, especificamente nas eleições para o Parlamento Europeu, com o intuito de avaliar os efeitos de diferentes sistemas eleitorais de representação proporcional na vitória eleitoral de mulheres.	sim	não	União Europeia (21)		transversal	2014
18	Joshi, 2012	Compara o efeito do sistema eleitoral proporcional que o Sri Lanka adotou em 1989 com o sistema majoritário de distrito de membro único (SMD) da Índia para a representação feminina em seus parlamentos nacionais.	sim	sim	2 (Índia e Sri Lanka)		transversal	2010
19	Darcy & Nixon, 1996	Analisa a composição feminina do parlamento japonês na transição entre distintos sistemas eleitorais.	sim	não	1 (Japão)		longitudinal	1946-1993
20	Connolly & Stefańczak, 2015	Descreve o processo de formação de dois estados independentes pós-soviéticos, Georgia e Abecásia, para analisar o número de mulheres eleitas para seus parlamentos a partir do sistema misto e majoritário, respectivamente.	não	sim	2 (Georgia e Abecásia)		transversal	2012

Fonte: Elaboração da autora.

Ao comparar os dados do Quadro 12 a Figura 6 nota-se que analisar dois ou mais **tipos básicos** de sistemas eleitorais em uma pesquisa não quer dizer compará-los. Na Figura 6 quatro textos estudam mais de um **tipo básico** de sistema eleitoral, mas o Quadro 12 revela que apenas três textos comparam. Isso significa que em uma análise de um **tipo básico** de sistema eleitoral pode conter comparações nos seus **tipos específicos**. Um exemplo disso é o estudo de Schmidt (2020) sobre o caso do Peru, que transforma o sistema proporcional em variável antecedente, para assumir como variáveis independentes o sistema proporcional de lista aberta e o sistema proporcional de lista fechada.

Para organizar esses dados, o debate nos estudos comparativos acontece por meio de três relações: *i.* estudos que comparam sistema proporcional com o majoritário (Schwindt-Bayer & Mishler, 2005; Lee, 1997; Thames, 2017; Nicholl, 2006; Urbatsch, 2016; Barkman, 1995; Joshi, 2012); *ii.* comparação dos três tipos de sistema eleitoral, proporcional, misto e majoritário (Roberts et al., 2012; Hughes, 2016; Castles, 1981; Salmond, 2006; Thames, 2018; Norris, 2006) e, *iii.* comparação do sistema majoritário e misto (Darcy & Nixon, 1996; Connolly & Stefańczak, 2015).

Se voltarmos à literatura da década de 1990, Lee (1997) demonstra que esse aspecto comparativo foi visto como aquele capaz de produzir evidências para demonstrar que o sistema eleitoral impacta na representação feminina. Assim, muitas pesquisadoras apostaram em análises que comparassem sistema proporcional com sistema majoritário. À vista disso, essas começaram a argumentar que havia uma disposição favorável do sistema proporcional para a representação feminina por ser o mecanismo que reduz o custo da eleição das mulheres (Lee, 1997). Também, que ocorreria maior probabilidade de um partido político nomear mais candidatas em sistemas proporcionais, visto que em sistemas majoritários o predomínio de candidaturas personalistas predominaria – e nisso as mulheres sairiam prejudicadas por não ter capital político, econômico e social acumulados previamente para serem candidatas viáveis.

Dos casos analisados, 11 (Barkman, 1995; Castles, 1981; Connolly & Stefańczak, 2015; Hughes, 2016; Joshi, 2012; Lee, 1997; Moser, 2001; Roberts et al., 2012; Salmond, 2006; Schwindt-Bayer & Mishler, 2005; Thames, 2017) optaram por uma análise comparativa transacional e os outros nove (Darcy & Nixon, 1996; Golder et al., 2017; Kaminsky & White, 2007; Nicholl, 2006; Norris, 2006; Schmidt, 2020; Studlar, 2007; Thames, 2018; Urbatsch, 2016) acharam viável apostar em estudos de casos. Esse dado demonstra um equilíbrio entre a escolha do tipo de análise e significa que, para esses estudos, o cerne da questão está em comparar sistemas eleitorais.

Outro resultado que aponta o centro desse debate são que quinze pesquisas (Castles, 1981; Darcy & Nixon, 1996; Hughes, 2016; Kaminsky & White, 2007; Lee, 1997; Moser, 2001; Norris, 2006; Roberts et al., 2012; Salmond, 2006; Schmidt, 2020; Studlar, 2007; Thames, 2017, 2018; Urbatsch, 2016; Nicholl, 2006) optaram por análises temporais longitudinais. Apenas cinco estudos (Barkman, 1995; Connolly & Stefańczak, 2015; Golder et al., 2017; Joshi, 2012; Schwindt-Bayer & Mishler, 2005) escolheram analisar períodos transversais – um recorte no tempo.

Nesse aspecto, existe uma relação paradoxal entre os estudos: esses compreendem a metodologia comparativa como uma descrição do número de mulheres eleitas sob um sistema eleitoral. Um exemplo é Lee (1997) ao comparar as eleições para os parlamentos locais e nacionais na Coreia do Sul e em Taiwan para verificar se o sistema eleitoral impacta na representação parlamentar feminina. Nessa premissa não há um teste comparativo como no estudo de Krook (2010) que aplica *Qualitative Comparative Analysis (QCA)* para comparar países da África Ocidental e Subsaariana.

3.5 Variáveis e suas dimensões de análise

Nessa subseção o foco são as variáveis dos estudos analisados. Diante disso, o próximo passo é compreender quais são as variáveis dos manuscritos a partir das dimensões de análises proposta por Krook (2010)²⁸: socioeconômica, cultural ou institucional. O diagrama (Figura 6) tem esse propósito.

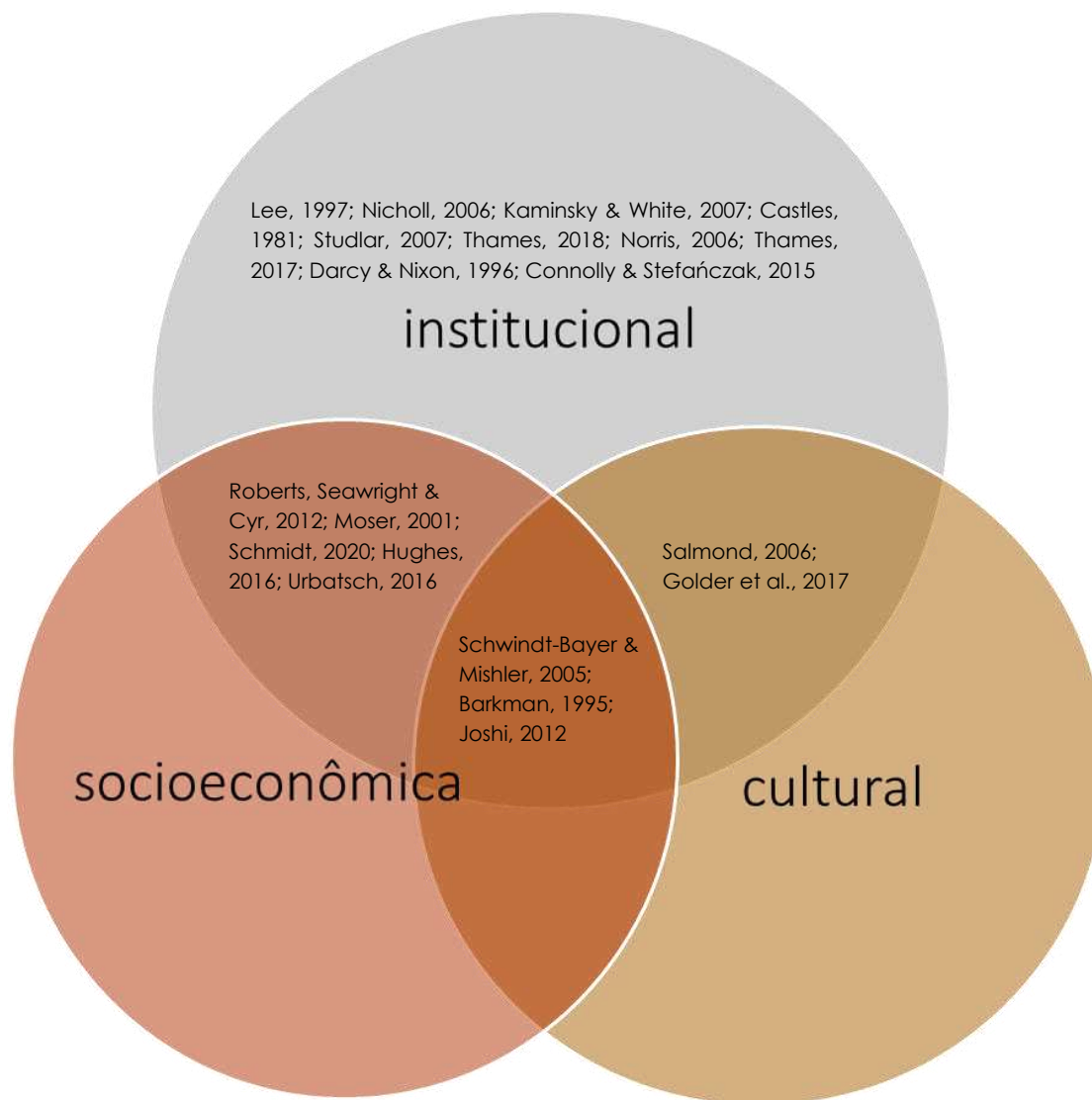
Essas dimensões foram caracterizadas pelas variáveis intervenientes e antecedentes desses estudos, pois a independente é uma variável da dimensão institucional e foi critério de inclusão desses para essa dissertação. É por isso que todas estão conectadas ao conjunto institucional no Diagrama.

O peso significativo nessa relação foram pesquisas que focam apenas na dimensão institucional (Castles, 1981; Connolly & Stefańczak, 2015; Darcy & Nixon, 1996; Kaminsky & White, 2007; Lee, 1997; Nicholl, 2006; Norris, 2006; F. Thames, 2018; F. C. Thames, 2017; Studlar, 2007) por meio de variáveis intervenientes como cotas eleitorais, votos dos partidos de esquerda na eleição presidencial, redistribuição dos assentos existentes etc. – uma apresentação pormenorizada dessas variáveis são apresentadas no Quadro 13.

²⁸ Krook (2010) pensou nessa classificação para variáveis independentes. Porém, como essa já foi um critério de inclusão dos manuscritos, a utilizei para classificar as variáveis intervenientes ou de controle do corpus analisado.

Entender como condições socioeconômicas podem afetar a eleição de mulheres como um caminho para aprimorar o sistema eleitoral implica compreender uma relação importante entre a dimensão institucional e a dimensão socioeconômica. Para (Hughes, 2016; Moser, 2001; Roberts et al., 2012; Schmidt, 2020; Urbatsch, 2016) a relação de mulheres no mercado de trabalho e qual sua formação educacional leva a entender se essas são candidatas mais viáveis em sistemas proporcionais ou sistemas majoritários, ou ainda, em qual camada do sistema misto vão concorrer.

Figura 6. Diagrama de Veen sobre as dimensões das variáveis antecedentes e intervenientes dos estudos analisados



Fonte: elaboração da autora.

Análises mais complexas que combinam variáveis socioeconômicas e culturais são vistas em trabalhos (Barkman, 1995; Joshi, 2012; Schwindt-Bayer & Mishler, 2005) que relaciona minorias muçulmanas, se há (ou não) uma cultura política favorável à participação de mulheres na política, cotas de gênero e magnitude distrital.

Apenas duas pesquisas (Golder et al., 2017; Salmond, 2006) relacionam variáveis culturais e institucionais. Nessas pesquisas, três elementos explicativos são importantes para futuros estudos: *i.* tolerância diante da liderança feminina; *ii.* anos decorridos desde a introdução do sufrágio feminino; e *iii.* cultura política mensurada pela participação feminina na política institucional antes da eleição analisada.

A forma como esses estudos estão distribuídos, nesses três conjuntos, expõe o quanto essas análises ainda focam apenas em variáveis institucionais. Combinam partidos políticos, cotas e magnitude para compreender qual o grau do impacto do sistema eleitoral ou tentam compreender onde se encaixa cada caso – os países analisados – nessa relação.

Para especificar melhor esse debate, o próximo dado tabulado diz respeito aos atributos dos manuscritos segundos as variáveis antecedentes, independentes, intervenientes e dependentes mobilizadas.

O primeiro resultado a ser destacado aqui é o grupo de pesquisas que não possuem variáveis antecedentes. Dos 20 manuscritos, 7 entram nesse grupo (Golder et al., 2017; Joshi, 2012; Nicholl, 2006; Norris, 2006; Schwindt-Bayer & Mishler, 2005; Urbatsch, 2016; Studlar, 2007) e incorporam em um número maior de variáveis intervenientes.

Quadro 13. Atributos dos manuscritos por variáveis antecedentes, independentes, intervenientes e dependentes.

id	autor(as)/ano	variáveis			
		antecedente(s)	independente(s)	interveniente(s)	dependente(s)
1	Schwindt -Bayer & Mishler, 2005	não tem	1. SE	1. magnitude distrital 2. sistema de governo 3. porcentagem de mulheres 4. igualdade em direitos políticos 5. igualdade em direitos sociais 6. semanas de licença maternidade 7. igualdade nas leis de casamento e divórcio 8. confiança no legislativo 9. capacidade de resposta à política da mulher	1. percentual de mulheres na câmara baixa 2. capacidade de resposta das políticas das mulheres 3. confiança em mulheres na política
2	Schmidt, 2020	1. tipo de parlamento (nacional; distrital)	1. SE	1. magnitude distrital 2. gênero 3. votos 4. treinamento candidatas 5. cotas	1. número de eleitas
3	Lee, 1997	1. tipo de regime político 2. desenvolvimento econômico 3. tradição do confucionismo	1. SE	não tem	1. número de eleitas
4	Roberts, Seawright & Cyr, 2012	1. grau democratização 2. sistema bicameral	1. SE	1. mulheres na força de trabalho 2. expectativa de vida 3. PIB 4. cotas eleitorais	1. mudança na porcentagem de eleitas 2. porcentagem de eleitas antes da mudança
5	Nicholl, 2006	não tem	1. SE	1. magnitude distrital	1. número de eleitas
6	Hughes, 2016	1. população total 2. população (amostra) 3. grupos étnicos	1. SE	1. minorias muçulmanas nos legislativos ocidentais (homens) 2. sexo 3. religião 4. origem étnica 5. cotas de gênero 6. magnitude distrital 7. NEP	1. número de mulheres de minorias étnicas muçulmanas nos legislativos do Ocidente
7	Kaminsky & White, 2007	1. ex-colônia britânica	1. SE	1. incumbência 2. nomeação pelos partidos	1. número de eleitas para a Câmara 2. número de eleitas para o Senado
8	Castles, 1981	1. cultura política	1. SE	não tem	1. número de eleitas
9	Studlar, 2007	não tem	1. SE	1. incumbência 2. redistribuição dos assentos existentes 3. sufrágio feminino 4. partido político	1. número de eleitas para a Câmara Baixa
10	Urbatsch, 2016	não tem	1. SE	1. densidade populacional do distrito 2. votos dos partidos de esquerda na eleição presidencial 3. participação de senadoras de departamentos vizinhos 4. mulheres eleitas no distrito na eleição senatorial anterior	1. número de eleitas para o Senado
11	Barkman, 1995	1. industrialização 2. desenvolvimento econômico	1. SE	1. tempo que mulheres são candidatas 2. cultura política favorável 3. participação feminina no mercado	1. número de eleitas

12	Salmond, 2006	1. democracias avançadas	1. SE	1. partidos de esquerda no parlamento 2. tolerância para liderança feminina 3. anos desde o sufrágio 4. representação feminina anterior	1. número de eleitas para Câmara Baixa
13	Moser, 2001	1. países pós-comunistas 2. países democráticos	1. SE	1. direitos civis (mulheres) 2. liberdades civis (mulheres) 3. PIB 4. partidos políticos 5. filiação partidária 6. fragmentação partidária	1. número de eleitas
14	Thames, 2018	1. país pós-comunista	1. SE	1. cultura política patriarcal 2. partido político 3. turno eleitoral geral 4. pré-eleição 5. incumbência 6. posição do candidato na lista 7. ideologia partidária 8. número de eleições do partido 9. número de eleições anteriores	1. número de eleitas
15	Norris, 2006	não tem	1. SE	1. cotas eleitorais 2. divisão do Legislativo 3. processo de seleção de candidatos 4. rotatividade do cargo	1. número de eleitas
16	Thames, 2017	1. países democráticos	1. mudança SE (de majoritário para proporcional)	1. magnitude do distrito 2. incentivos para votos pessoais 3. número de assentos 4. mulheres na força de trabalho 5. sufrágio feminino (tempo) 6. nível da democracia 7. cotas eleitorais	1. percentagem de eleitas na Câmara Baixa
17	Golder et al., 2017	não tem	1. SE proporcional (tipos de lista)	1. relutância para votar em mulheres 2. ideologia política 3. mulheres nas listas partidárias 4. votos dos partidos	1. potencial de mulheres que seriam eleitas para o parlamento da UE no experimento
18	Joshi, 2012	não tem	1. SE	1. desigualdade geográfica da legislatura 2. representação ideológica da legislatura 3. desigualdade demográfica da legislatura	1. número de eleitas para os parlamentos (Índia e Sri Lanka) 2. número de outras minorias eleitas
19	Darcy & Nixon, 1996	1. Japão pós-guerra	1. SE	1. partidos políticos 2. sistema partidário 3. incumbente 4. mídia 5. condição de nomeação	1. número de eleitas para a Câmara Baixa
20	Connolly & Stefańczak, 2015	1. países pós-comunistas	1. SE	1. sistemas partidários 2. escândalo político 3. multas eleitorais	1. número de eleitas para os parlamentos (Geórgia e Abecásia)

Observação: SE = sistema eleitoral.

Fonte: elaboração da autora.

Por meio dessas variáveis apresento cinco categorias de mecanismos explicativos e onde cada manuscrito se encaixa:

1. **colocação na lista partidária:** mulheres se saem melhor em listas fechadas - por conta da colocação na lista - porque dependem menos de votos preferenciais e menos de candidatas "estrelas" (altas competidoras) em listas abertas (Schmidt, 2020; Thames, 2018; Golder et al., 2017; Darcy & Nixon, 1996);
2. **recrutamento de mulheres:** líderes partidários recrutaram mais mulheres para compor as chapas dos partidos em sistema proporcional porque o aumento das mulheres legisladoras resulta dos eleitos de chapas partidárias. Nesse processo há um aumento no número de mulheres nos parlamentos (Lee, 1997; Nicholl, 2006; Hughes, 2016; Kaminsky & White, 2007; Castles, 1981; Urbatsch, 2016; Barkman, 1995; Salmond, 2006; Norris, 2006; Joshi, 2012);
3. **heterogeneidade causal e processo longitudinal:** alteração dos sistemas eleitorais geram heterogeneidade causal porque a relação de votos se dá pela relação das atitudes não-sexistas entre as elites e massas e pode demorar vários ciclos eleitorais para os partidos se adaptarem ao novo ambiente, empurrando a representação feminina para cima, em direção ao equilíbrio esperado de longo prazo (Roberts et al., 2012; Thames, 2017);
4. **comportamento individualista do eleitorado:** as instituições políticas dificultam a participação de mulheres no parlamento ao adotar como sistema eleitoral o sistema majoritário por conta do comportamento individualista do eleitorado que leva a eleger figuras personalistas em distrito único (Studlar, 2007; Connolly & Stefańczyk, 2015); e,
5. **regime político:** sistema proporcional elege mais mulheres em democracias consolidadas frente aos demais sistemas eleitorais. Mas não em países pós-comunistas devido a herança cultural desses regimes que não impulsionou participação política de mulheres na sociedade, em organizações independentes do Estado, para que o sistema proporcional tenha um efeito positivo no aumento da representação parlamentar feminina (Moser, 2001).

Essa última classificação possui apenas um texto, mas foi elaborada por compreender a importância da variável antecedente nos estudos sobre o impacto do sistema eleitoral.

Compreendo que essa classificação demonstra duas situações sobre esse estado da arte: *i.* a saturação do campo em torno do mecanismo explicativo “recrutamento de mulheres”; e, *ii.* um *gap* pouco explorado pelas pesquisadoras em torno do mecanismo explicativo “regime político”.

Desse modo, é exequível organizar a literatura desse subcampo em torno de variáveis antecedentes do regime político – esse aspecto será debatido de forma detalhada no capítulo seguinte.

3.6 Atributos dos manuscritos por argumento central e hipóteses

Nessa última subseção apresento o argumento central dos manuscritos e suas hipóteses. Algumas observações são importantes para teoria política e para o debate metodológico.

Schwindt-Bayer & Mishle (2005) argumentam que a falta de preocupação direta dos cidadãos com a capacidade de resposta das políticas contradiz a teoria, mas não possuem dados empíricos ou citações de outras pesquisas para isso. É, portanto, uma especulação preocupante, pois a “apatia social dos cidadãos” é um debate delicado para a teoria política. Um teórico importante desse tema é Dahl (2006), que apontou em seu estudo sobre New Haven que a apatia social não é algo inato aos cidadãos.

Schmidt (2020) e Lee (1997) não possuem uma metodologia clara. O primeiro não conta com uma seção do manuscrito dedicada a descrever seu passo a passo metodológico. O segundo, utiliza apenas estatística descritiva para relatar causalidade. Nesse sentido, Roberts et al. (2012) apontam um aspecto importante na literatura que é o recorte metodológico, com especial destaque de como mensurar impacto do sistema eleitoral e quais proxies utilizar. E Castles (1981) faz uma crítica aos estudos transnacionais, pois quanto mais países são comparados, mais difícil é controlar suas variáveis intervenientes.

Quadro 14. Atributos dos manuscritos por argumento central, hipóteses e suas confirmações

id	autor(as), ano	argumento central	hipótese(s)	confirmada?
1	Schwindt-Bayer & Mishler, 2005	A análise da representação de mulheres em 31 países reforça as percepções de Pitkin de que há uma interconexão entre as quatro dimensões da representação – formal, descritiva, substantiva e simbólica.	(H1) a estrutura do sistema eleitoral (representação formal) influencia a representação descritiva, a representação substantiva e a representação simbólica; (H2) Assim, sistemas eleitorais proporcionais e com maiores magnitudes distritais elegem porcentagens significativamente maiores de legisladoras femininas.	(H1) não, (H2) sim
2	Schmidt, 2020	O tipo de lista não é de grande importância na capital (Lima), mas nas províncias as candidatas se saem melhor quando a lista é fechada, onde o contexto socioeconômico e a cultura política são desfavoráveis às mulheres.	(H1) mulheres que concorrem ao Congresso de Lima por meio de eleições proporcionais de lista aberta se saem melhor do que aquelas que concorrem nas provinciais; (H2) a disparidade de votos entre as mulheres candidatas deve ser maior nas eleições provinciais do que em Lima, no Peru.	(H1) sim, (H2) sim
3	Lee, 1997	O sistema proporcional elege mais mulheres nos parlamentos nacionais em democracias estáveis.	(H) em países mais democráticos, o sistema eleitoral possibilita maior participação de mulheres nos parlamentos nacionais.	(H) sim
4	Roberts, Seawright & Cyr, 2012	O efeito das leis eleitorais é menor e menos variável, para a representação de mulheres, do que afirma a maioria dos estudos existentes. O sistema eleitoral gera consequências diferentes em lugares distintos	(H) há uma heterogeneidade de efeitos causais dos sistemas eleitorais sobre o número de mulheres eleitas em seus parlamentos.	(H) sim
5	Nicholl, 2006	O sistema proporcional é o melhor a ser adotado em Fiji para a representação de mulheres, pois é um sistema que garante um equilíbrio entre o número de assentos que um partido conquista e o número de votos que recebe no país.	(H) o sistema de voto alternativo inevitavelmente falhará em ajudar as mulheres a entrar na arena política.	(H) sim
6	Hughes, 2016	Políticos de origem muçulmana podem chegar ao poder em países ocidentais através de diferentes sistemas eleitorais, mas as mulheres muçulmanas são beneficiadas pelos sistemas proporcionais e prejudicadas pelos sistemas majoritários.	(H1) a interseccionalidade do perfil de minorias étnicas muçulmanas molda os efeitos do sistema eleitoral na representação parlamentar em países ocidentais; (H2) homens muçulmanos serão eleitos com maior frequência em sistemas eleitorais majoritários enquanto as mulheres muçulmanas terão maior sucesso político em sistemas proporcionais.	(H1) sim, (H2) sim
7	Kaminsky & White, 2007	O sistema eleitoral foi o melhor preditor para avaliar o número de mulheres eleitas para os dois parlamentos na Austrália.	(H) sistemas proporcionais STV com vários membros elegem mais mulheres do que os sistemas majoritários SMD.	(H) sim
8	Castles, 1981	Sistemas proporcionais com listas não ordenadas dão maiores possibilidades para o aumento do número de mulheres nos legislativos, pois cada local eleitoral é "soberano" (ou ser presumido assim) e possibilita ao eleitor, e não apenas ao partido, a escolha final de quem será eleito.	(H) a melhora marginal nos níveis de representação feminina nos parlamentos em sistemas eleitorais que possuem um único membro por distrito pode ser uma característica que todos esses sistemas possuem em comum	(H) sim
9	Studlar, 2007	Comparativamente, as instituições políticas dos EUA cumprem um papel importante dificultando a representação das mulheres. O sistema eleitoral majoritário é o eixo central dessa dificuldade	não tem.	não tem
10	Urbatsch, 2016	A parte proporcional do sistema misto está associado a um aumento significativo de mulheres no Senado Francês.	(H) a camada proporcional em sistemas mistos tende a aumentar a participação de mulheres em assentos legislativos em comparação com a camada majoritária desses sistemas eleitorais.	(H) sim

11	Barkman, 1995	nenhum sistema eleitoral traz grande benefício para potencializar candidatas mulheres para o parlamentar quanto o sistema proporcional de lista.	(H) sistemas eleitorais que adotam um único membro por distrito geram desvantagens severas nas chances de mulheres se tornarem representantes políticas nos parlamentos.	(H) sim
12	Salmond, 2006	Associar sistemas proporcionais com níveis mais elevados de representação feminina para o parlamento é correto. No entanto, existem problemas conceituais e metodológicos em estudos anteriores que superestimaram o efeito do sistema eleitoral no aumento do número de mulheres nos legislativos.	não tem.	não tem
13	Moser, 2001	Instituições devem ser analisadas com base no contexto em que operam. Isso não quer dizer que sistemas eleitorais não gerem efeitos na representação de mulheres para os parlamentos, mas que instituições que operam sob diferentes condições geram consequências diferentes.	(H) a relação positiva entre a proporção de mulheres eleitas por meio das camadas proporcionais em sistemas eleitorais mistos nas democracias consolidadas pode não ocorrer em países pós-comunistas.	(H) sim
14	Thames, 2018	Não há preconceito de gênero por parte dos eleitores com as candidatas femininas em sistemas proporcionais e majoritários, mesmo quando se considera a variável cultura política. Porém, na Ucrânia as mulheres se elegeram mais em sistemas proporcionais de lista fechada.	(H1) o sistema proporcional contará com uma porcentagem maior de candidatas do que sistemas eleitorais majoritários de membro único; (H2) uma porcentagem maior de mulheres será eleita em sistemas proporcionais do que em sistemas majoritários de membro único; (H3) candidatas do sexo feminino não estão propensas a ganhar qualquer tipo de eleição em sistemas proporcionais ou sistemas majoritários de membro único.	(H1) sim, (H2) sim, (H3) não
15	Norris, 2006	Na Holanda, qualquer reforma eleitoral que venha a ser adotada e que se afaste da adoção do sistema proporcional provavelmente reduzirá a proporção de mulheres para seu parlamento nacional; a menos que outras ações compensatórias sejam tomadas.	(H) sistemas eleitorais proporcionais com listas elegem mais mulheres para seu parlamento, especialmente aqueles como o da Holanda que possuem uma alta magnitude distrital, comparado com os sistemas eleitorais majoritários com distritos uninominais.	(H) sim
16	Thames, 2017	O impacto dos sistemas eleitorais na representação de mulheres é maior a longo prazo. Assim, a expectativa de que alguma reforma eleitoral traga mudanças significativas no número de mulheres eleitas para o parlamento imediatamente é equivocada.	não tem.	não tem
17	Golder et al., 2017	Há dois argumentos centrais: 1) ter mais mulheres nas listas partidárias em sistemas proporcionais não é uma desvantagem para os partidos; e, 2) não há preconceito contra candidatas femininas por parte do eleitorado.	(H) o eleitorado tem a inclinação em votar em candidatas femininas dependendo do sistema eleitoral, do gênero e da ideologia dos eleitores.	(H) sim
18	Joshi, 2012	O sistema eleitoral proporcional do Sri Lanka está associado a maior igualdade de gênero na representação parlamentar do que o sistema eleitoral majoritário da Índia.	não tem.	não tem
19	Darcy & Nixon, 1996	Sistemas eleitorais misto e majoritário que o Japão já adotou em sua história eleitoral foi e tem sido uma significativa barreira para a entrada de mulheres no parlamento nacional.	não tem.	não tem
20	Connolly & Stefańczak, 2015	Na Geórgia, apesar dos incentivos financeiros para incluir mais mulheres em seu parlamento, não há evidências de que a camada proporcional no sistema misto seja uma vantagem significativa para as candidatas femininas. E que o sistema majoritário da Abkhazia desencoraja ativamente o desenvolvimento de partidos políticos potencializando a desigualdade de recrutamento de mulheres candidatas.	não tem.	não tem

Fonte: Elaboração da autora.

Dos 20 manuscritos, seis não possuem hipóteses explicativas (Connolly & Stefańczak, 2015; Darcy & Nixon, 1996; Joshi, 2012; Salmond, 2006; Thames, 2017; Studlar, 2007). Os demais textos indicam a disposição analítica desse subcampo ao tentar comprovar hipóteses, em especial sobre o peso do sistema proporcional ou contra o sistema proporcional.

Nessa perspectiva, o centro de gravidade dessa rede de estudos é o sistema proporcional. Norris (2006) comprova que sistemas eleitorais proporcionais com listas elegem mais mulheres para o parlamento, especialmente aqueles como o da Holanda que possuem uma alta magnitude distrital, comparado com os sistemas eleitorais majoritários com distritos uninominais. Mas, Thames (2018) demonstra que candidatas do sexo feminino não estão propensas a ganhar qualquer tipo de eleição em sistemas proporcionais ou sistemas majoritários de membro único.

Como apontado neste capítulo: (1) a comparação entre esses dois sistemas impulsionou o assunto; e (2) o sistema proporcional é o cerne da disputa de pesquisadoras e pesquisadores em torno do problema.

No próximo capítulo apresento uma forma de organizar essa literatura por meio da variável antecedente e sua importância para que futuras pesquisadoras se atentem a um desenho de pesquisa que não analise apenas a relação entre variável dependente e independente.

4 Discussão: uma nova forma de organizar essa literatura

Neste capítulo discuto se as pesquisas apontam se os sistemas eleitorais impactam na representação parlamentar feminina, suas conclusões e proponho uma nova forma de organizar esse debate ao aprimorar a ideia de Moser (2001): olhar para os regimes políticos como variável antecedente ou “contexto”.

Apenas um manuscrito relata que sistema eleitorais não impactam no número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais. Roberts et al.(2012) questionam o impacto das regras eleitorais, pois a resposta para quem se elege pode depender da natureza da sociedade. Ou seja, as instituições eleitorais podem não ser a solução mágica para aumentar a representação feminina.

Quadro 15. Resultado sobre o impacto do sistema eleitoral das pesquisas dos manuscritos analisados e suas conclusões

id	autor(as)/ano	SE impacta?	conclusões
1	Schwindt-Bayer & Mishler, 2005	sim	A representação descritiva é a cola que liga as várias dimensões da representação. A representação formal [sistema eleitoral] exerce influência poderosa sobre a extensão das mulheres na representação descritiva [número de mulheres eleitas], na capacidade de resposta política e na representação simbólica.
2	Schmidt, 2020	sim	Mulheres candidatas têm obtido mais sucesso eleitoral na capital do que em qualquer outro lugar em Lima que possua sistema majoritário. Candidatas ao Congresso nas províncias se saem melhor através de sistemas eleitorais proporcionais de lista fechada do que em sistemas eleitorais proporcionais de lista aberta. Em contraponto, em Lima a estrutura eleitoral é ambígua.
3	Lee, 1997	sim	A representação das mulheres coreanas nas legislaturas está muito atrás da representação feminina taiwanesa. Porém, em ambos os casos as eleições não transformaram as expectativas das mulheres, de constituírem um número significativo nos parlamentos nacionais, em realidade.
4	Roberts, Seawright & Cyr, 2012	não	O impacto das regras eleitorais pode depender da natureza da sociedade. Assim, as leis eleitorais podem não ser a solução mágica para aumentar a representação feminina.
5	Nicholl, 2006	sim	Mulheres têm melhor desempenho na eleição proporcional, especialmente por meio de sistemas de listas, do que em sistemas majoritários de um único membro.
6	Hughes, 2016	sim	Mulheres de minorias étnicas muçulmanas são mais eleitas em países com sistemas eleitorais proporcionais, enquanto os homens são beneficiados em uma série de sistemas eleitorais.
7	Kaminsky & White, 2007	sim	O sistema eleitoral proporcional, especialmente o subtipo STV, é claramente uma opção viável para países que procuram aumentar a porcentagem de mulheres em seus parlamentos. Pois o controle que os líderes partidários têm sobre as nomeações permitem representar maior a diversidade.
8	Castles, 1981	sim	Sistemas proporcionais de listas estão mais abertos à influência de movimentos feministas, ou mesmo de qualquer outro grupo social, do que sistemas eleitorais baseados em escolhas individualistas com distritos de membro único como os sistemas majoritários. Desse modo, onde os sistemas de lista partidária estão em operação as mulheres têm uma barreira a menos para superar na representação.
9	Studlar, 2007	sim	Mulheres têm tido apenas um progresso lento e limitado na representação descritiva da Câmara Baixa dos EUA. Isso foi previsto em modelos matemáticos e de inteligência artificial desenvolvidos há duas décadas e que servem como explicações até hoje.
10	Urbatsch, 2016	sim	Os efeitos na equidade de gênero da representação por meio de sistemas proporcionais são apenas um artefato metodológico por conta da magnitude distrital. Por exemplo, o sistema eleitoral majoritário para o Senado francês envolve distritos com vários membros, o que atenua alguns efeitos desse sistema. Já o sistema proporcional para a mesma Casa, que utiliza os dois modelos em momentos distintos, envolve magnitudes pequenas causando o efeito inverso da qualidade desse sistema.

11	Barkman, 1995	sim	Para ter uma melhoria significativa no número de mulheres eleitas para a Grã-Bretanha é preciso fazer a reforma do sistema eleitoral certa e não apenas qualquer reforma eleitoral.
12	Salmond, 2006	sim	Sistema eleitoral impacta na representação parlamentar de mulheres, mas seu crescimento não é linear como considera em muitas pesquisas com testes empíricos.
13	Moser, 2001	sim	A experiência da representação feminina em estados pós-comunistas é um quebra-cabeça que requer explicação. Com exceção de algumas eleições na Hungria, eleições iniciais em estados pós-comunistas fornecem um conjunto de exceções comparado com democracias consolidadas que apresentam uma relação positiva entre o aumento do número de mulheres eleitas para os parlamentos e os sistemas proporcionais.
14	Thames, 2018	sim	Sistemas eleitorais proporcionais consistentemente nomearam mulheres candidatas e as elegeram mais do que sistemas majoritários de distrito de membro único. Além disso, há pouca evidência de que haja um preconceito de gênero por parte dos eleitores. Dessa maneira, é possível que haja base para as alegações de que o principal obstáculo à representação das mulheres seja o comportamento dos partidos políticos.
15	Norris, 2006	sim	As reformas na Holanda que alteram o sistema eleitoral precisam considerar seu impacto sobre a igualdade de gênero. Em particular, a introdução de sistema misto com camada majoritária de distrito de membro único provavelmente servirá para reduzir a proporção de mulheres no parlamento.
16	Thames, 2017	sim	A expectativa de que os sistemas eleitorais ou outros fatores sejam os únicos determinantes do aumento da representação de mulheres nos parlamentos é claramente incorreta. Os sistemas eleitorais são importantes e impactam, mas isso não significa que outros elementos sejam triviais. Nesse sentido, é preciso prestar mais atenção aos modelos que especificam todos os componentes da representação feminina e prestar menos atenção ao papel de covariáveis individuais.
17	Golder et al., 2017	sim	Eleitores não possuem preconceito sistemático contra candidatas. Os partidos não ficam em desvantagem quando nomeiam mulheres em suas listas, seja qual for o sistema eleitoral. Além disso, a propensão a votar em mulheres aumenta quando os eleitores possuem mais liberdade para expressar suas preferências sobre os candidatos, mesmo que o efeito seja particularmente forte para eleitores do sexo feminino. Curiosamente, e ao contrário de algumas expectativas, isso é verdade independentemente da ideologia do eleitorado
18	Joshi, 2012	sim	O fato de que grandes desigualdades na representação persistem na Índia e no Sri Lanka sugere que o sistema eleitoral é apenas um dos vários fatores que moldam a composição das legislaturas nacionais.
19	Darcy & Nixon, 1996	sim	A maior barreira para eleger mais mulheres para o parlamento japonês sempre foi o sistema eleitoral, não a sua sociedade ou a sua cultura. Um sistema eleitoral proporcional, como o usado na Holanda, certamente aumentaria o número de mulheres eleitas.
20	Connolly & Stefańczak, 2015	sim e não	A representação política das mulheres na Geórgia e na Abkházia se encaixa nos padrões identificados dos países pós-soviéticos, onde a posição forte das mulheres na sociedade não se converte automaticamente em vitória eleitoral nos parlamentos nacionais.

Fonte: Elaboração da autora

Apenas um trabalho argumenta, ao mesmo tempo, que o sistema eleitoral impacta e não impacta na representação parlamentar feminina. De modo mais detalhado, Connolly & Stefańczak (2015) relatam que a representação política das mulheres na Geórgia e na Abkházia se encaixa nos padrões identificados dos países pós-soviéticos, onde a posição forte das mulheres na sociedade não se converte, automaticamente, em vitória eleitoral nos parlamentos nacionais.

Nota-se que nenhuma das conclusões sobre o impacto do sistema eleitoral vinculam-se aos casos – aos países. E assim não há conclusão passível de generalização.

Logo, para contribuir com esse subcampo de estudos, utilizo as observações de Moser (2001) e Waylen (1994) a respeito de estados pós-comunistas. Eles podem ser um interessante grupo de casos para testar a relação entre sistemas eleitorais e representação de mulheres e, ao mesmo tempo, serem estratégicos para se pensar em uma classificação que consiga produzir conclusões generalizáveis.

Segundo Moser (2001), sob o governo comunista, as mulheres alcançaram níveis de alfabetização, educação e participação na força de trabalho que rivalizava ou ultrapassava os níveis do Ocidente, mas essas mulheres alcançaram esse status sob regimes políticos que praticamente não permitiam organização política independente. Portanto, em Waylen (1994) nota-se que as mulheres não desenvolveram um nível de participação política que acompanhasse o aumento da igualdade de gênero no Ocidente, nem experimentam o nível de atividade política dos grupos de mulheres durante as transições do autoritarismo para a democracia em países em desenvolvimento da América Latina. Essas condições indicam que o sistema eleitoral não será suficiente para aumentar o número de mulheres eleitas, visto que a condição histórica – o regime político – afeta o mecanismo eleitoral.

Para demonstrar essa relação entre regime político (variável antecedente) e sistema eleitoral (variável independente) o Quadro 16 apresenta o exemplo do mecanismo explicativo de Moser (2001) e Moser & Scheiner (2012) para o aumento da representação feminina nos parlamentos nacionais (variável dependente) por meio de sistemas proporcionais:

Quadro 16. Explicação de Moser (2001) e Moser & Scheiner (2012) para **sistemas proporcionais** serem menos vantajosos para mulheres em estados pós comunistas

condição política (variável antecedente)	nível de representação	mecanismo explicativo
democracias consolidadas	mais mulheres do que as demais situações	A presença de instituições políticas sólidas e direitos políticos e sociais faz com que partidos selecionem mais mulheres e que essas tenham mais condições de vencer eleições
democracias em desenvolvimento	menos mulheres do que as demais situações	A falta de instituições políticas faz com que partidos selecionem melhor mulheres para concorrer e a falta de um ambiente social com alto nível de direitos políticos e sociais faz com que essas tenham menos condições de vencer eleições
democracias pós-comunistas	menos mulheres do que em democracias consolidadas e mais mulheres do que países em desenvolvimento	As ex-repúblicas soviéticas democráticas usam um sistema eleitoral misto ou totalmente proporcional, mas devido à fragmentação partidária e partidos fracamente institucionalizados, o impacto das normas com respeito à posição das mulheres na sociedade interage com o sistema proporcional para reduzir o impacto benéfico esperado

Fonte: elaboração da autora a partir de Moser (2001) e Moser & Scheiner (2012).

Como os resultados dessa dissertação demonstram que o sistema proporcional foi o centro de disputa dessa literatura, esse é um exemplo que auxilia a pensar uma nova forma de organizar esse debate e impulsionar novas pesquisas.

Um complemento importante a essa perspectiva é apontado em Norris (2006) segundo a qual cotas eleitorais, sobretudo assentos reservados, têm sido menos empregados na maioria das democracias estabelecidas. Isso é um indicativo de como o regime político pode auxiliar esse subcampo a impulsionar suas pesquisas e produzir explicações generalizáveis. Assim, apresento quatro classificações em prol de uma nova organização dos termos do debate por meio do regime político como variável antecedente, e do sistema eleitoral como variável independente:

- (1) **sistemas eleitorais em democracias consolidadas:** com instituições políticas sólidas e com direitos políticos e sociais (Golder et al., 2017; Kaminsky & White, 2007; R. Matland & Studlar, 1996; Norris, 2006; Urbatsch, 2016).
- (2) **sistemas eleitorais em democracias em desenvolvimento:** com instituições políticas e ambiente social com direitos políticos e sociais ainda em desenvolvimento (Connolly & Stefańczak, 2015; Nicholl, 2006; Schmidt, 2020);

- (3) **sistemas eleitorais em democracias pós-comunistas:** ex-repúblicas soviéticas (Thames, 2017, 2018; Darcy & Nixon, 1996; Lee, 1997); e,
- (4) **sistemas eleitorais que não possuem variável antecedente:** aqueles países que estudam *large N* sem ter um critério de regime político (Barkman, 1995; Castles, 1981; Hughes, 2016; Roberts et al., 2012; Salmond, 2006; Schwindt-Bayer & Mishler, 2005).

Há uma diferenciação entre essa proposta de organizar a literatura por variáveis antecedentes e a organização da literatura feita na subseção “3.5 Variáveis e suas dimensões de análise”. Lá, o intuito foi apenas mostrar o resultado dos mecanismos explicativos presentes nessas pesquisas – sem ter o intuito de propor como organizá-las, pois, podem ocorrer outras categorias de mecanismo de impacto não presente nesse corpus. Aqui, espera-se que essa organização possa classificar estudos não presentes nesse corpus, como estudos latino-americanos e africanos não indexados nas bases Web of Science e Scopus.

É possível classificar democracias consolidadas e democracias em desenvolvimento por outros indicadores – uma das formas mais utilizadas na Ciência Política contemporânea é a metodologia do V-Dem Institute²⁹.

Classificar seis textos em “sistemas eleitorais que não possuem variável antecedente” retrata como uma parte de pesquisadoras estão interessadas em análises de *large N* para encontrar generalizações. Todavia, como essa dissertação aponta no capítulo de resultados, essas explicações foram insuficientes. Não há consenso sobre qual sistema eleitoral beneficia mais a representação parlamentar de mulheres – as que defendem um sistema eleitoral específico a vinculam a um país.

²⁹ Para saber mais ver: <https://www.v-dem.net/en/>. Acesso em 5 de março de 2020.

5 Conclusões

O objetivo desta dissertação foi analisar como a literatura da Ciência Política internacional explica a relação entre sistema eleitoral e presença de mulheres nos parlamentos nacionais, com especial interesse em como é descrito e analisado esse mecanismo de impacto.

Os vinte manuscritos selecionados para essa pesquisa não chegam a um consenso sobre o impacto do sistema eleitoral no número de mulheres eleitas. Os resultados foram apresentados por meio do desenho de pesquisa dos manuscritos, pelo número de casos e pelos tipos básicos de sistemas eleitorais analisados.

Nessa perspectiva, a literatura analisada se organiza: *i.* em torno do sistema proporcional; *ii.* em torno de uma comparação de sistemas majoritários com proporcionais; e, *iii.* prefere estudos longitudinais.

Em termos gerais, os estudos analisados possuem de cinco categorias como mecanismo explicativos: **(1) colocação na lista partidária:** mulheres se saem melhor em listas fechadas - por conta da colocação na lista - porque dependem menos de votos preferenciais e menos de candidatas “estrelas” (altas competidoras) em listas abertas; **(2) recrutamento de mulheres:** líderes partidários recrutaram mais mulheres para compor as chapas dos partidos em sistema proporcional porque o aumento das mulheres legisladoras resulta dos eleitos de chapas partidárias. Nesse processo há um aumento no número de mulheres nos parlamentos; **(3) heterogeneidade causal e processo longitudinal:** alteração dos sistemas eleitorais geram heterogeneidade causal porque a relação de votos se dá pela relação das atitudes não-sexistas entre as elites e massas e pode demorar vários ciclos eleitorais para os partidos se adaptarem ao novo ambiente, empurrando a representação feminina para cima e em direção ao equilíbrio esperado de longo prazo; **(4) comportamento individualista do eleitorado:** as instituições políticas dificultam a participação de mulheres no parlamento ao adotar como sistema eleitoral o sistema majoritário por conta do comportamento individualista do eleitorado que leva a eleger figuras personalistas em distrito único; e, **(5) regime político:** sistema proporcional elege mais mulheres em democracias consolidadas frente aos demais sistemas eleitorais. Mas não em países pós-comunistas devido a herança cultural desses regimes que não impulsionou participação política de mulheres na sociedade, em organizações independentes do Estado, para que o sistema proporcional tenha um efeito positivo no aumento da representação parlamentar feminina.

Outro achado é que talvez seja preciso olhar para a relação entre regime político e sistema eleitoral para responder por que alguns países elege mais mulheres e outros menos. Pois, o sistema eleitoral é a *forma* de contabilizar os votos e gera um comportamento político, mas não gera cultura política e condições sociais em que há direitos sociais e políticos como os

regimes políticos. Portanto, é preciso analisar em quais regimes políticos - na condição de variável antecedente - essas instituições eleitorais atuam como variáveis independentes.

Na Introdução desta dissertação associei Krook (2010) e Christmas-Best & Kjær (2007) para mostrar a organização da literatura sobre explicações do aumento da representação parlamentar feminina até a década passada. Com isso, como foquei em uma variável da dimensão institucional – sistemas eleitorais - para analisar esse problema, contribuo com esse subcampo científico por meio de uma proposta de distribuição do debate em quatro categorias: **(1) sistema eleitorais em democracias consolidadas:** com instituições políticas sólidas e com direitos políticos e sociais; **(2) sistemas eleitorais em democracias em desenvolvimento:** com instituições políticas e ambiente social com direitos políticos e sociais ainda em desenvolvimento; **(3) sistemas eleitorais em regimes pós-comunistas:** ex-repúblicas soviéticas; e, **(4) sistemas eleitorais que não possuem variável antecedente:** aqueles países que estudam large N sem ter como critério regimes políticos.

As limitações dessa pesquisa se dividem em dois grupos: *i.* limites do conteúdo substantivo; e, *ii.* limites metodológicos. Referente ao primeiro aspecto, a limitação desse estudo é não conseguir extrair um consenso da literatura analisada do(s) motivo(s) pelos quais alguns países elegem mais mulheres e outros menos, de não testar a proposta da relação da variável antecedente com a variável independente empiricamente e de não apontar metodologias que possam ser replicadas.

Referente ao segundo aspecto, por conta da revisão de escopo ser um método basicamente exploratório, não consigo esgotar o assunto da pesquisa – como seria a função de uma revisão sistemática. Também por conta de selecionar as bases Web of Science e Scopus posso não ter uma representação no corpus de textos de estudos latino-americanos e africanos. Dessa forma, a amostra dos manuscritos selecionados não reflete a Ciência Política como um todo, mas apenas uma parte desta.

Indico dois grupos de futuras agendas. A primeira é a sugerida no conteúdo substantivo dos documentos analisados e a segunda é por meio da pesquisa dessa dissertação.

Futuras agendas dos manuscritos analisados apontam: procurar por mudanças exógenas na estrutura social ou atitudes culturais; verificar os mecanismos precisos de atuação das instituições eleitorais para descobrir as etapas na sequência causal onde variáveis contextuais podem ser razoavelmente pensadas para alterar a relação com o número de mulheres eleitas; os métodos experimentais podem render ganhos consideráveis, pois pode ser possível isolar os efeitos dos sistemas eleitorais e até mesmo os mecanismos que os conduzem; analisar correlações entre votações, níveis de mobilização política, opinião pública, características e dinâmicas

partidárias; explorar a correlação entre gênero, etnia e religião com outras diferenças sociais como a idade dos políticos eleitos.

Por fim, futuras pesquisas que desenhem o sistema eleitoral como variável independente precisam ter maior atenção a variáveis antecedentes do que variáveis intervenientes.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88882.382607/2019-01 (Migrado - SACPAIS) - Universidade Federal do Paraná.

ANEXO A – String na Web of Science e na Scopus

Figura 7. String na base Web of Science

The screenshot shows the Web of Science search interface. At the top, there is a banner that says "We're building the new Web of Science. Click here to access the preview". Below this, a dropdown menu is set to "Principal Coleção do Web of Science". There are four tabs: "Pesquisa Básica" (selected), "Busca por autor", "Pesquisa de referência citada", and "Pesquisa avançada". The search string is entered in three rows: "woman OR women OR gender OR sex OR female", "election OR parliament OR legislative OR congress", and "*electoral system*". Each row has a "Tópico" dropdown menu. There are buttons for "Pesquisa" and "Limpar pesquisa". Below the search string, there is a "Tempo estipulado" dropdown set to "Todos os anos (1945 - 2012)" and a "MAS CONFIGURAÇÕES" link.

Fonte: Web of Science.

Figura 8. String na base Scopus

The screenshot shows the Scopus search interface. At the top, there are tabs for "Documents" (selected), "Authors", "Affiliations", and "Advanced". There is a "Search tips" link. The search string is entered in three rows: "woman OR women OR gender OR sex OR female", "election OR parliament OR legislative OR congress", and "*electoral system*". Each row has a "Search" button and a dropdown menu set to "Article title, Abstract, Keywords". There are also plus and minus buttons for each row. At the bottom, there is a "Limit" link and a "Search" button.

Fonte: Scopus.

ANEXO B - Operadores booleanos na Web of Science e na Scopus

Figura 9. Operadores booleanos da Web of Science

Operadores booleanos

AND
Use AND para encontrar registros contendo *todos* os termos separados pelo operador.

OR
Use OR para encontrar registros que contenham um dos termos separados pelo operador.

NOT
Use NOT para excluir os registros que contenham certas palavras de sua busca.

Operadores booleanos em títulos de fontes
Pesquisar títulos de diários que contêm o booleano OR é aceitável com o recurso Sugerir automaticamente o nome da publicação LIGADO ou DESLIGADO.

Caracteres booleanos em nomes de organizações
Ao pesquisar por nomes de organização que contêm um operador booleano (AND, NOT, NEAR e SAME), coloque sempre a palavra entre aspas (" "). Por exemplo:

- (Japan Science "and" Technology Agency (JST))
- ("Near" East Univ)
- ("OR" Hlth Sci Univ)

Também é possível colocar toda a pesquisa entre aspas. Por exemplo:

- "Japan Science and Technology Agency (JST)"
- "Near" East Univ"
- "OR Hlth Sci Univ"

Fonte: Web of Science.

Figura 10. Operadores booleanos da Scopus

Operator order of precedence	
Order	Example
1. OR	<p>The search sensor W/15 robot AND water OR orbit OR planet is processed in the following order:</p> <p>1. OR: First, Scopus processes the OR connector by looking for documents containing water, orbit, or planet.</p> <p>2. W/15: Next, it looks for documents where sensor is within 15 words of robot.</p> <p>3. AND: Scopus processes the AND operator last, returning any documents it found in steps 1 and 2 that contain water, orbit, or planet, and also contain sensor within 15 words of robot.</p>
2. W/n, PRE/n	
3. AND	
4. AND NOT	

Fonte: Scopus.

ANEXO C – Filtros na bases Web of Science e Scopus

Figura 11. Filtros na base Web of Science

FILTROS

Refinar resultados

Procurar nos resultados...

Filtrar resultados por:

Acesso Aberto (46) Refinar

Anos da publicação

2021 (1)

2020 (28)

2019 (22)

2018 (23)

2017 (28)

mais opções/valores... Refinar

Categorias do Web of Science

1. **Voting Women, Protesting Men: A Multilevel Analysis of Corruption, Gender, and Political Participation**
 Por: Malmberg, Fredrik G.; Christensen, Henrik Serup
 POLITICS & POLICY Volume: 49 Edição: 1 Páginas: 126-161 Publicado: FEB 2021
 Acesso antecipado: JAN 2021
 Número de citações: 0 (da Principal Coleção do Web of Science)
 Total de uso

2. **Multilevel governance and women's legislative representation**
 Por: Gushchina, Kristina; Kaiser, Andre
 EUROPEAN JOURNAL OF POLITICAL RESEARCH
 Acesso antecipado: DEC 2020
 Número de citações: 0 (da Principal Coleção do Web of Science)
 Total de uso

3. **On Their Own? Women Running as Independent Candidates in the Middle East**
 Por: Welborne, Bozena
 MIDDLE EAST LAW AND GOVERNANCE Volume: 12 Edição: 3 Páginas: 251-274 Publicado: DEC 2020
 Número de citações: 0 (da Principal Coleção do Web of Science)
 Total de uso

4. **Is there cross-national evidence that voters prefer men as party leaders? No**
 Por: Bridgewater, Jack; Nagel, Robert Ulrich
 ELECTORAL STUDIES Volume: 67 Número do artigo: 102209 Publicado: OCT 2020
 Número de citações: 0 (da Principal Coleção do Web of Science)
 Total de uso

Fonte: Web of Science.

Figura 12. Filtros na base Scopus

Search within results...

Documents Secondary documents Patents View Mendeley Data (61)

Analyze search results Show all abstracts Sort on: Date (newest)

All Export Download View citation overview View cited by Add to List

	Document title	Authors	Year	Source	Cited t
<input type="checkbox"/> 1	Candidate sex, partisanship and electoral context in Australia	Kang, W.C., Sheppard, J., Snagovsky, F., Biddle, N.	2021	Electoral Studies 70,102273	
	View abstract <input type="checkbox"/> Capes-BR View at Publisher Related documents				
<input type="checkbox"/> 2	Gender differences in the impact of electoral victory on satisfaction with democracy	Williams, N.S., Snipes, A., Singh, S.P.	2021	Electoral Studies 69,102205	
	View abstract <input type="checkbox"/> Capes-BR View at Publisher Related documents				
<input type="checkbox"/> 3	Voting Women, Protesting Men: A Multilevel Analysis of Corruption, Gender, and Political Participation <i>Open Access</i>	Malmberg, F.G., Christensen, H.S.	2021	Politics and Policy 49(1), pp. 126-161	
	View abstract <input type="checkbox"/> Capes-BR View at Publisher Related documents				

FILTROS

Refine results

Open Access [\(118\) >](#)

- All Open Access [\(118\) >](#)
- Gold [\(27\) >](#)
- Hybrid Gold [\(11\) >](#)
- Bronze [\(31\) >](#)
- Green [\(84\) >](#)

[Learn more](#)

Year [\(6\) >](#)

- 2021 [\(6\) >](#)
- 2020 [\(50\) >](#)
- 2019 [\(31\) >](#)
- 2018 [\(35\) >](#)
- 2017 [\(38\) >](#)

Fonte: Scopus.

ANEXO D Teste de confiabilidade Kappa

Teste de confiabilidade (“reability”) inter-observadores (Kappa de Cohen)

Resumo do processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
avaliadora 1 (M) * avaliador 2 (N)	34	100,0%	0	0,0%	34	100,0%

avaliadora 1 (M) * avaliador 2 (N) Tabulação cruzada

			avaliador 2 (N)		Total
			1	2	
avaliadora 1 (M) 1	Contagem	12	5	17	
	Expected Count	8,5	8,5	17,0	
	% do Total	35,3%	14,7%	50,0%	
2	Contagem	5	12	17	
	Expected Count	8,5	8,5	17,0	
	% do Total	14,7%	35,3%	50,0%	
Total	Contagem	17	17	34	
	Expected Count	17,0	17,0	34,0	
	% do Total	50,0%	50,0%	100,0%	

Symmetric Measures

		Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância	Kappa	,412	,156	2,401	,016
N de Casos Válidos		34			

a. Não considerando a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

Teste de concordância (“agreement”) inter-observadores na classificação dos artigos do corpus de estudo

Estadísticas

diferença entre AVA 1 e AVA 2

N	Válido	34
	Ausente	0

diferença entre AVA 1 e AVA 2

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	-1	5	14,7	14,7	14,7
	0	24	70,6	70,6	85,3
	1	5	14,7	14,7	100,0
	Total	34	100,0	100,0	

ANEXO E

SEÇÃO	NÚMERO do ITEM	ITEM DA LISTA DE VERIFICAÇÃO DO PRISMA-ScR	REFERIDO NA PÁGINA
TÍTULO			
Título	1	Por que alguns países elegem mais mulheres e outros menos? Uma revisão de escopo da literatura internacional sobre o efeito dos sistemas eleitorais na representação feminina nos parlamentos nacionais	i
RESUMO			
Resumo estruturado	2	Introdução: A preocupação desta dissertação é compreender como o sistema eleitoral impacta na grandeza da representação parlamentar feminina. Empiricamente, analiso como a literatura de Ciência Política avalia o efeito dos tipos de sistemas eleitorais sobre o número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais e como as explicações disponíveis descrevem os mecanismos causais desse efeito. Assim, tenho como objetivos específicos: <i>i.</i> identificar se há de fato esse efeito e quais são as suas hipóteses, explicações e conclusões; e, <i>ii.</i> como um conjunto de estudos organiza, nas suas análises, as explicações em termos de variáveis antecedentes, independentes, intervenientes e dependente. Materiais e métodos: Por meio da revisão de escopo, um modelo sistemático, mas exploratório de revisão da literatura, examinei pormenorizadamente vinte manuscritos entre artigos científicos, notas de pesquisa e capítulos de livro. Os textos foram publicados entre 1981 e 2020 e estão indexados na coleção principal da Web of Science e da Scopus Elsevier. Resultados: Os manuscritos não possuem um consenso sobre qual é o melhor sistema eleitoral para aumentar a representação parlamentar feminina. E dispõem cinco categorias de mecanismo explicativos: <i>i.</i> colocação na lista partidária; <i>ii.</i> recrutamento de mulheres; <i>iii.</i> heterogeneidade causal e processo longitudinal; <i>iv.</i> comportamento individualista do eleitorado; e, <i>v.</i> regime político. Discussão: É possível concluir que: <i>i.</i> o centro do debate está em torno de sistemas proporcionais; <i>ii.</i> os estudos preferem comparar sistemas eleitorais; e, <i>iii.</i> seu foco está em compreender como eles funcionam ao longo de um período. Para compreender por que alguns países elegem mais mulheres do que outros acrescento à literatura científica uma nova forma de organizar esse debate em quatro categorias: (1) sistemas eleitorais em democracias consolidadas; (2) sistemas eleitorais em democracias em desenvolvimento; (3) sistemas eleitorais em países pós-comunistas; e, (4) sistemas eleitorais que não possuem variável antecedente. Observa-se que proponho a organização do debate por meio da variável antecedente tipo de regime político. Pois assim será possível responder à pergunta do título dessa dissertação por meio de comparações múltiplas do regime político – na condição de variável antecedente – com sistema eleitoral – na condição de variável independente.	vii
INTRODUÇÃO			
Justificativa	3	A primeira justificativa para realizar essa pesquisa é compreender que não há um consenso, na comunidade científica, sobre o tipo de impacto do sistema eleitoral no número de mulheres eleitas. Revisões narrativas sobre o tema já foram realizadas. Revisões sobre aquilo que impacta a representação feminina nos parlamentos em um sentido geral – como as que serão apresentadas na subseção de explicações rivais – também já foram escritas. Entretanto, nenhuma revisão de escopo sobre o tema, que exige um protocolo de busca e filtragem dos documentos rígidos, foi encontrada. Isso permite que minha contribuição ao campo seja mediante uma inovação metodológica. Desse modo, posso apresentar o mecanismo explicativo dos estudos disponíveis, em vez de apenas classificá-los taxonomicamente por tipos de abordagem.	4

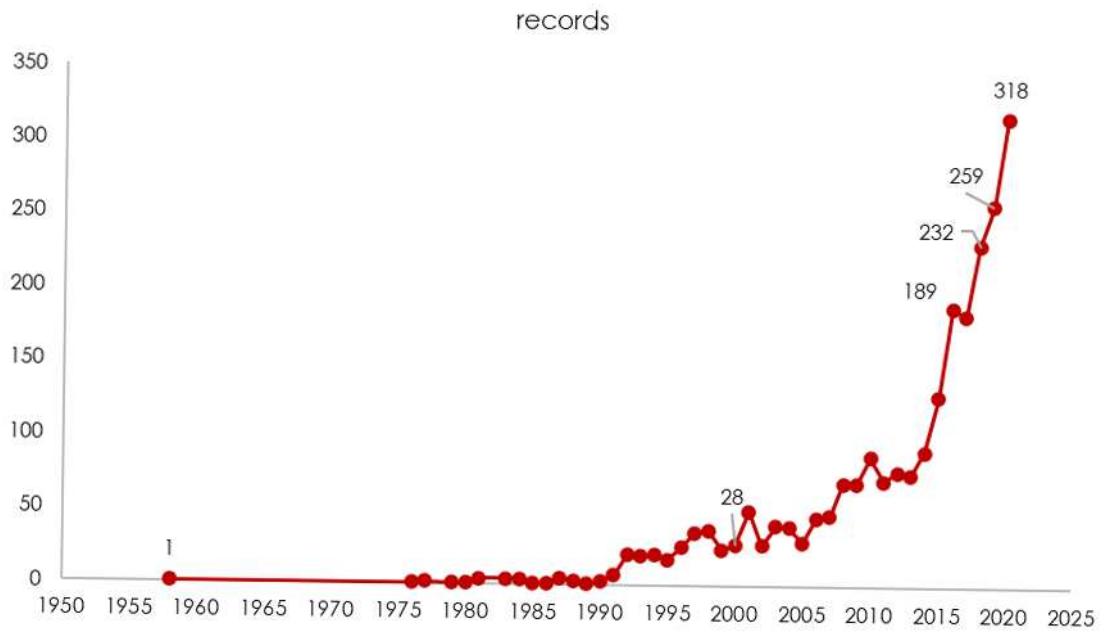
SEÇÃO	NÚMERO do ITEM	ITEM DA LISTA DE VERIFICAÇÃO DO PRISMA-ScR	REFERIDO NA PÁGINA
Objetivos	4	<p>Análise como a literatura da Ciência Política internacional explica a relação entre sistema eleitoral e presença de mulheres nos parlamentos nacionais, com especial interesse em como é descrito e analisado esse mecanismo de impacto.</p> <p>Como pretendi examinar essa relação, tenho como objetivos específicos: i. se há e quais são as suas hipóteses, explicações e conclusões; e, ii. como eles organizam, nas análises, as variáveis antecedentes, independentes, intervenientes e dependentes.</p>	12
MÉTODOS			
Protocolo e registro	5	Não há protocolo e registro em alguma base da pesquisa.	Não tem
Crítérios de seleção	6	<p>Crítério de inclusão: número de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais ser a VD; tipo básico ou específico do sistema eleitoral ser a VI.</p> <p>Crítério de exclusão: perfil de mulheres eleitas para o parlamento ser a VD; variáveis culturais ser a VI (ex.: religião predominante de um país); variáveis socioeconômicas ser a VI (ex.: nível de mulheres empregadas no país); outras variáveis institucionais ser a VI (ex.: partidos políticos, cotas); sistema eleitoral ser a VA.</p>	24
Fontes de pesquisa	7	Web of Science e Scopus.	23
Busca	8	A estratégia foi feita por uma string e filtrada por: tipo da busca, anos, área de interesse e idioma.	22-23
Seleção dos estudos	9	A seleção dos estudos foi feita pelo software StArt.	25
Processo de mapeamento dos dados	10	O mapeamento dos dados foi feito a partir de 10 questões.	30
Variáveis [“Data items”]	11	As variáveis são apresentadas em cada Quadro de resultados e discussão.	31-60
Avaliação crítica de fontes específicas	12	Não foi feita.	Não tem.
Síntese de resultados	13	Cada manuscrito passou por um fichamento e após isso seu conteúdo substantivo foi apresentado por meio de Quadros para compará-lo aos demais.	31-60
RESULTADOS			
Seleção de estudos	14	Apenas 20 manuscritos foram selecionados para esta pesquisa.	27
Características dos estudos	15	As características de cada estudo mapeado na revisão incluindo as referências bibliográficas estão ao longo do capítulo de resultados e discussão.	31-60
Avaliação crítica interna dos estudos	16	Não foi feita a avaliação crítica interna dos estudos.	Não tem
Análise dos resultados específicos dos estudos	17	Esse processo é apresentado durante o capítulo de resultados e discussão.	31-60
Síntese de resultados	18	Esse processo é feito na conclusão da pesquisa.	61
DISCUSSÃO			

SEÇÃO	NÚMERO do ITEM	ITEM DA LISTA DE VERIFICAÇÃO DO PRISMA-ScR	REFERIDO NA PÁGINA
Resumo dos achados [fundamentais]	19	Em termos gerais, os estudos aqui analisados possuem de cinco categorias como mecanismo explicativos: (1) colocação na lista partidária: mulheres se saem melhor em listas fechadas - por conta da colocação na lista - porque dependem menos de votos preferenciais e menos de candidatas “estrelas” (altas competidoras) em listas abertas; (2) recrutamento de mulheres: líderes partidários recrutaram mais mulheres para compor as chapas dos partidos em sistema proporcional porque o aumento das mulheres legisladoras resulta dos eleitos de chapas partidárias. Nesse processo há um aumento no número de mulheres nos parlamentos; (3) heterogeneidade causal e processo longitudinal: alteração dos sistemas eleitorais geram heterogeneidade causal porque a relação de votos se dá pela relação das atitudes não-sexistas entre as elites e massas e pode demorar vários ciclos eleitorais para os partidos se adaptarem ao novo ambiente, empurrando a representação feminina para cima e em direção ao equilíbrio esperado de longo prazo; (4) comportamento individualista do eleitorado: as instituições políticas dificultam a participação de mulheres no parlamento ao adotar como sistema eleitoral o sistema majoritário por conta do comportamento individualista do eleitorado que leva a eleger figuras personalistas em distrito único; e, (5) regime político: sistema proporcional elege mais mulheres em democracias consolidadas frente aos demais sistemas eleitorais. Mas não em países pós-comunistas devido a herança cultural desses regimes que não impulsionou participação política de mulheres na sociedade, em organizações independentes do Estado, para que o sistema proporcional tenha um efeito positivo no aumento da representação parlamentar feminina.	51
Limitações	20	As limitações dessa pesquisa se dividem em dois grupos: i. limites do conteúdo substantivo; e, ii. limites metodológicos. Referente ao primeiro aspecto, a limitação desse estudo é não conseguir extrair um consenso da literatura analisada do(s) motivo(s) pelos quais alguns países elege mais mulheres e outros menos, de não testar a proposta da relação da variável antecedente com a variável independente empiricamente e de não apontar metodologias que possam ser replicadas. Referente ao segundo aspecto, por conta da revisão de escopo ser um método basicamente exploratório, não consigo esgotar o assunto da pesquisa – como seria a função de uma revisão sistemática. Também por conta de selecionar as bases Web of Science e Scopus posso não ter uma representação no corpus de textos de estudos latino-americanos e africanos. Dessa forma, a amostra dos manuscritos selecionados não reflete a Ciência Política como um todo, mas apenas uma parte desta.	63
Conclusões	21	Os vinte manuscritos selecionados para essa pesquisa não chegam a um consenso sobre o impacto do sistema eleitoral no número de mulheres eleitas. Os resultados foram apresentados por meio do desenho de pesquisa dos manuscritos, pelo número de casos e pelos tipos básicos de sistemas eleitorais analisados. Nessa perspectiva, a literatura analisada se organiza: i. em torno do sistema proporcional; ii. em torno de uma comparação de sistemas majoritários com proporcionais; e, iii. prefere estudos longitudinais. Por fim, futuras pesquisas que desenhem o sistema eleitoral como variável independente precisam ter maior atenção a variáveis antecedentes do que variáveis intervenientes.	62-63
FINANCIAMENTO			
Financiamento	22	O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88882.382607/2019-01 (Migrado - SACPAIS) - Universidade Federal do Paraná.	63

Traduzido por Adriano Codato de Trico et al. (2018).

APÊNDICE A - Evolução do número de trabalhos gerais e trabalhos de Ciência Política indexados na Web of Science sobre a temática 'mulher' e 'eleição'

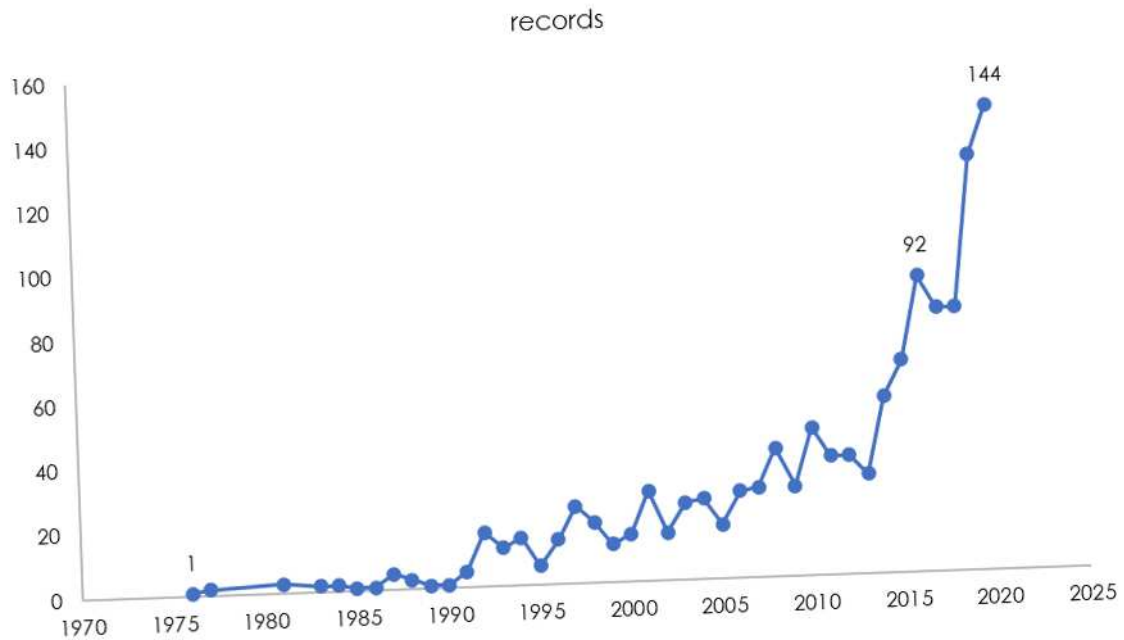
Gráfico 1. Evolução do número de trabalhos publicados indexados na base Web of Science entre 1958 e 2020 sobre a temática 'mulher' e 'eleição'



OBS.: Results: 2,426 (from Web of Science Core Collection). You searched for: TOPIC: (wom* AND election) Timespan: All years. Indexes: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.

Fonte: WoS; elaboração da autora.

Gráfico 2. Evolução do número de trabalhos publicados indexados na base Web of Science na área de **Ciência Política** entre 1958 e 2020 sobre a temática 'mulher' e 'eleição'



OBS.: Results: 1,200 (from Web of Science Core Collection). You searched for: TOPIC: (wom* AND election). Refined by: WEB OF SCIENCE CATEGORIES: (POLITICAL SCIENCE). Timespan: All years. Indexes: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.

Fonte: WoS; elaboração da autora.

Referências

- Álvares, M. (2004). *Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Arceneaux, K. (2001). The “Gender Gap” in State Legislative Representation: New Data to Tackle an Old Question. *Political Research Quarterly*, 54(1), 143–160.
<https://doi.org/10.1177/106591290105400108>
- Ballington, J. (2005). Ten years of progress: enhancing women’s political participation. In *Ten Years of Supporting Democracy Worldwide* (pp. 113–124). International IDEA.
- Barkman, K. (1995). Politics and Gender: The Need for Electoral Reform. *Politics*, 15(3), 141–146. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.1995.tb00132.x>
- Batista, M. (2016). O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. *Revista de Sociologia e Política*, 24(57), 127–155.
<https://doi.org/10.1590/1678-987316245705>
- Bawn, K. (1993). The Logic of Institutional Preferences: German Electoral Law as a Social Choice Outcome. *American Journal of Political Science*, 37(4), 965.
<https://doi.org/10.2307/2111539>
- Best, H., & Cotta, M. (2000). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and careers in Eleven European Countries*. Oxford University Press.
- Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos. (2015). *Tipos de revisões de literatura*.
<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>
- Bogdanor, V. (1981). *The People and The Party System*. Cambridge University Press.
- Bystydzienski, J. M. (1995). *Women in Electoral Politics: Lessons from Norway*. Praeger.
- Castles, F. G. (1981). Female Legislative Representation and the Electoral System. *Politics*, 1(2), 21–27. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.1981.tb00054.x>
- Christmas-Best, V., & Kjær, U. (2007). Why so Few and Why so Slow? Women as Parliamentary Representatives in Europe from a Longitudinal Perspective. In M. Cotta & H. Best (Eds.), *Democratic Representation in Europe: Diversity, Change and Convergence* (1st ed., pp. 77–105). Oxford University Press.
- Codato, A., Lorencetti, M., & Prata. (2020). Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. In B. Bolognesi & G. da S. Peres (Eds.), *O que ler na Ciência Política hoje*. ANPOCS.
- Connolly, E., & Stefańczyk, Ó. (2015). Connolly, E., Stefa, K.Ó., & czak (2015). Women’s Political Representation in Post-Soviet Republics: Parliamentary Elections in Georgia and Abkhazia. *Studies of Transition States and Societies*, 7(1), 41–57.
- Costa, L. D., Codato, A., Perissinotto, R., & Massimo, L. (2018). *Sociologia Política, Sociologia da Política e Ciência Política: três abordagens sobre as elites parlamentares brasileiras*.
- Cruz, K. M. (2019). *O conceito de institucionalização partidária: análise sistemática da literatura*. Universidade Federal do Paraná.
- Dacombe, R. (2018). Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research? *Political Studies Review*, 16(2), 148–157.
<https://doi.org/10.1177/1478929916680641>
- Dahl, R. (2006). *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. Yale University Press.
- Darcy, R., & Nixon, D. L. (1996). Women in the 1946 and 1993 Japanese house of Representatives elections: The role of the election system. *Journal of Northeast Asian Studies*,

- 15, 3–19. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/BF03023436>
- Darcy, R., Welch, S., & Clark, J. (1994). *Women, Elections and Representation*. University of Nebraska Press.
- Duverger, M. (1955). *La participación des femmes à la vie*. UNESCO.
- Farrell, D. M. (2011). *Electoral Systems: A Comparative Introduction*. Palgrave Macmillan.
- Ferrari, R. (2015). Writing narrative style literature reviews. *Medical Writing*, 24(4), 230–235. <https://doi.org/10.1179/2047480615Z.000000000329>
- Figueiredo Filho, D. B. (2012). *Gasto de campanha, níveis de pobreza e resultados eleitorais no Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Franz, W. F. N. (2016). Aderentes e militantes: a participação político-partidária na era do Partido Cartel. *Revista de Sociologia e Política*, 24(60), 91–113. <https://doi.org/10.1590/1678-987316246004>
- Gallagher, M., & Mitchell, P. (2008). *The Politics of Electoral Systems*. Oxford Scholarship.
- Golder, S. N., Stephenson, L. B., Van der Straeten, K., Blais, A., Bol, D., Harfst, P., & Laslier, J.-F. (2017). Votes for Women: Electoral Systems and Support for Female Candidates. *Politics & Gender*, 13(01), 107–131. <https://doi.org/10.1017/S1743923X16000684>
- Htun, M. N. (2005). Women, political parties and electoral systems in Latin America. In A. Karam & J. Ballington (Eds.), *Women in Parliament: Beyond Numbers* (pp. 112–121). International IDEA.
- Hughes, M. M. (2016). Electoral Systems and the Legislative Representation of Muslim Ethnic Minority Women in the West, 2000–2010. *Parliamentary Affairs*, 69(3), 548–568. <https://doi.org/10.1093/pa/gsv062>
- Inglehart, R., & Norris, P. (2003). The True Clash of Civilizations. *Foreign Policy*, 135, 62. <https://doi.org/10.2307/3183594>
- Jones, M. P. (1998). Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women. *Comparative Political Studies*, 31(1), 3–21. <https://doi.org/10.1177/0010414098031001001>
- Joshi, D. (2012). Who gets unequal parliamentary representation? A comparison of India and Sri Lanka. *Contemporary South Asia*, 20(3), 401–406. <https://doi.org/10.1080/09584935.2011.599832>
- Kaiser, P. (2001). *Strategic Predictors of Women's Parliamentary Participation: A Comparative Study of Twenty-Three Democracies*. University of California.
- Kaminsky, J., & White, T. J. (2007). Electoral Systems and Women's Representation in Australia. *Commonwealth & Comparative Politics*, 45(2), 185–201. <https://doi.org/10.1080/14662040701317519>
- Kenworthy, L., & Malami, M. (1999). Gender Inequality in Political Representation: A Worldwide Comparative Analysis. *Social Forces*, 78(1), 235. <https://doi.org/10.2307/3005796>
- Kjaer, U. (1999). Saturation without parity: The stagnating number of female councillors in Denmark. In M. N. Pedersen (Ed.), *Elites, Parties and Democracy: Festschrift*. Syddansk Universitetsforlag.
- Kjaer, U., & Pedersen, M. (2004). *De danske folketingsmedlemmer—en parlamentarisk elite og dens rekruttering, cirkulation og transformation 1849-2001*. Aarhus Universitetsforlag.
- Kohn, W. (1980). *Women in National Legislatures*. Praeger.
- Kraus, W. R. (1974). Political Implications of Gender Roles: A Review of the Literature. *American Political Science Review*, 68, 1906–1923.
- Krook, M. L. (2010). *Women's Representation in Parliament: A Qualitative Comparative*

- Analysis. *Political Studies*, 58(5), 886–908. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00833.x>
- Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. *Biometrics*, 33(1), 159. <https://doi.org/10.2307/2529310>
- Lawless, J., & Fox, R. (2005). *It Takes a Candidate: Why Women Don't Run for Office*. Cambridge University Press.
- Lee, R. J. (1997). Democratization, Electoral Systems, and Women's Representation: A Comparative Study of Women's Legislative Participation in South Korea and Taiwan. *Pacific Focus*, 12(1), 67–89. <https://doi.org/10.1111/j.1976-5118.1997.tb00005.x>
- Leite, F. (2016). *Ciência Política: da antiguidade aos dias de hoje*. InterSaberes.
- Lovenduski, J., & Hills, J. (1981). *The Second Electorate*. Routledge.
- Mancuso, W. P. (2015). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), 155–183. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235409>
- Manning, C. D., Raghavan, P., & Schütze, H. (2009). *An Introduction to Information Retrieval*. Cambridge University Press.
- Matland, R. E. (1998). Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries. *Legislative Studies Quarterly*, 23(1), 109. <https://doi.org/10.2307/440217>
- Matland, R., & Studlar, D. (1996). The contagion of women candidates in single-member district and proportional representation electoral systems: Canada and Norway. *The Journal of Politics*, 58(3), 707–733.
- McHugh, M. L. (2012). Interrater reliability: the kappa statistic. *Biochemia Medica*, 276–282. <https://doi.org/10.11613/BM.2012.031>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Montebelo, R., Orlando, A., Porto, D., Zaniro, D., & Fabri, S. (2007). SRAT (Systematic Review Automatic Tool) – Uma Ferramenta Computacional de Apoio à Revisão Sistemática. *Experimental Software Engineering Latin American Workshop, ICMC-São Carl*, 10.
- Moreira, N. de P., & Barberia, L. G. (2015). Por que elas são poucas? Uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais (BIB)*, 79, 38–56.
- Moreno, A., & Méndez, P. (2007). La identificación partidista en las elecciones presidenciales de 2000 y 2006 en México *Política y Gobierno*, 14(1), 43–75.
- Moser, R. G. (2001). The effects of electoral systems on women's representation in post-communist states. *Electoral Studies*, 20(3), 353–369. [https://doi.org/10.1016/S0261-3794\(00\)00024-X](https://doi.org/10.1016/S0261-3794(00)00024-X)
- Moser, R. G., & Scheiner, E. (2012). *Electoral Systems and Political Context*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139178945>
- Munn, Z., Peters, M. D. J., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology*, 18(1), 143. <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>
- Nicholl, R. (2006). Electing women to Parliament: Fiji and the alternative vote electoral system. *Pacific Journalism Review : Te Koako*, 12(1), 87–107. <https://doi.org/10.24135/pjr.v12i1.847>

- Nicolau, J. (2012). *Sistemas Eleitorais*. FGV.
- Norris, P. (1985). Women's legislative participation in western Europe. *West European Politics*, 8(4), 90–101. <https://doi.org/10.1080/01402388508424556>
- Norris, P. (2004a). *Electoral engineering: Voting rules and political behavior*. Cambridge University Press.
- Norris, P. (2004b). Classifying Electoral Systems. In *Electoral Engineering* (pp. 39–65). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511790980.004>
- Norris, P. (2006). The Impact of Electoral Reform on Women's Representation. *Acta Politica*, 41(2), 197–213. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500151>
- Oakes, A., & Almquist, E. (1993). Women in national legislatures. *Population Research and Policy Review*, 12(1), 71–81. <https://doi.org/10.1007/BF01074510>
- Paxton, P. (1997). Women in National Legislatures: A Cross-National Analysis. *Social Science Research*, 26(4), 442–464. <https://doi.org/10.1006/ssre.1997.0603>
- Paxton, P., Hughes, M. M., & Painter, M. A. (2010). Growth in women's political representation: A longitudinal exploration of democracy, electoral system and gender quotas. *European Journal of Political Research*, 49(1), 25–52. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2009.01886.x>
- Paxton, P., & Kunovich, S. (2003). Women's Political Representation: The Importance of Ideology. *Social Forces*, 82(1), 87–113.
- Pitkin, H. (1967). *The concept of representation*. University of California Press.
- Reynolds, A. (1999). Women in the Legislatures and Executives of the World: Knocking at the Highest Glass Ceiling. *World Politics*, 51(4), 547–572. <https://doi.org/10.1017/S0043887100009254>
- Reynolds, A., Reilly, B., & Ellis, A. (2005). *Electoral System Design: The New International IDEA Handbook*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Roberts, A., Seawright, J., & Cyr, J. (2012). Do Electoral Laws Affect Women's Representation? *Comparative Political Studies*, 46(12), 1555–1581. <https://doi.org/10.1177/0010414012463906>
- Rodrigues, C. L., & Ziegelmann, P. K. (2010). Metanálise: um guia prático. *Rev HCPA*, 30(4), 436–447.
- Rosenbluth, F., Salmond, R., & Thies, M. . (2006). Welfare Works: Explaining Female Legislative Representation. *Politics & Gender*, 2(2), 165–192.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v–vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Rule, W. (1987). Electoral Systems, Contextual Factors and Women's Opportunity for Election to Parliament in Twenty-Three Democracies. *Western Political Quarterly*, 40(3), 477–498. <https://doi.org/10.1177/106591298704000307>
- Rule, W., & Shugart, M. S. (1995). The preference vote and election of women: women win more votes in open list PR. In *Voting and Democracy Report 1995*. The Center for Voting and Democracy.
- Salmond, R. (2006). Proportional Representation and Female Parliamentarians. *Legislative Studies Quarterly*, 30(2), 175–204. <http://www.jstor.org/stable/40263381>
- Schmidt, G. D. (2020). ¿Favorecen a las candidatas las listas abiertas o cerradas?: comparaciones entre Lima y las provincias en el Perú. *Apuntes: Revista de Ciencias Sociales*, 47(86), 155–181. <https://doi.org/10.21678/apuntes.86.930>
- Scholarship of Teaching and Learning (SoTL). (n.d.). *Education Databases*. University of Toronto Libraries.
- Schwindt-Bayer, L. A., & Mishler, W. (2005). An Integrated Model of Women's Representation.

- The Journal of Politics*, 67(2), 407–428. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2005.00323.x>
- Shugart, Matthew S. (1994). Minorities represented and unrepresented. In W. Rule & J. F. Zimmerman (Eds.), *Electoral Systems in Comparative Perspective: Their Impact on Women and Minorities* (pp. 31–41). Westview Press.
- Shugart, Matthew Soberg, & Wattenberg, M. P. (2001). *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds?* Oxford University Press.
- Siaroff, A. (2000). Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies. *International Political Science Review*, 21(2), 197–215. <https://doi.org/10.1177/0192512100212005>
- Silva Neto, M. B. da. (2015). *A doção do sistema eleitoral misto alemão nas eleições dos deputados federais brasileiros: a questão da fragmentação do sistema partidário* [Câmara dos Deputados]. [file:///C:/Users/maian/Downloads/adocao_sistema_silvaneto \(2\).pdf](file:///C:/Users/maian/Downloads/adocao_sistema_silvaneto%20(2).pdf)
- Souza, M. T. de, Silva, M. D. da, & Carvalho, R. de. (2010). Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Studlar, D. T. (2007). Feminist Society, Paternalist Politics: How the Electoral System Affects Women's Representation in the United States Congress. In M. Tremblay (Ed.), *Women and Legislative Representation*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/https://doi.org/10.1057/9780230610378_4
- Taagepera, R. (1994). Beating the law of minority attrition. In W. Rule & Joseph F. Zimmerman (Eds.), *Electoral Systems in Comparative Perspective: Their Impact on Women and Minorities* (pp. 235–245). Westview Press.
- Thames, F. (2017). Understanding the Impact of Electoral Systems on Women's Representation. *Politics & Gender*, 13(03), 379–404. <https://doi.org/10.1017/S1743923X16000325>
- Thames, F. (2018). The Electoral System and Women's Legislative Underrepresentation in Post-Communist Ukraine. *Comparative Politics*, 50(2), 251–269. <https://doi.org/10.2307/26532681>
- Togebly, L. (1994). Political Implications of Increasing Numbers of Women in the Labor Force. *Comparative Political Studies*, 27(2), 211–240. <https://doi.org/10.1177/0010414094027002003>
- Tricco, AC, Lillie, E, Zarin, W, O'Brien, KK, Colquhoun, H, Levac, D, Moher, D, Peters, MD, Horsley, T, Weeks, L, Hempel, S et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Ann Intern Med*. 2018,169(7):467-473. doi:10.7326/M18-0850
- Urbatsch, R. (2016). Gendered electoral systems in the French Sénat. *West European Politics*, 39(4), 859–869. <https://doi.org/10.1080/01402382.2016.1140516>
- Vallence, E. (1979). *Women in the House*. Athlone Press.
- Walsh, J. I. (2006). *A Guide to Writing Literature Reviews in Political Science and Public Administration*.
- Waylen, G. (1994). Women and Democratization Conceptualizing Gender Relations in Transition Politics. *World Politics*, 46(3), 327–354. <https://doi.org/10.2307/2950685>